



bandeirante

Bandeirante Energia S.A.

Rua Bandeira Paulista, nº 530, CEP 04532-001, São Paulo - SP
CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06
Companhia Aberta

R\$ 390.000.000,00

ISIN: BREBENDBS036

Classificação de Risco (Rating): Aa2.br pela Moody's

Distribuição pública de 39.000 (trinta e nove mil) debêntures simples, não-conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, todas nominativas e escriturais, da quarta emissão para distribuição pública da **BANDEIRANTE ENERGIA S.A.** ("Bandeirante", "Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 1º de julho de 2010 ("Oferta" e "Data de Emissão", respectivamente). Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

A Emissão foi aprovada em Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em (i) 26 de maio de 2010, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do São Paulo ("JUCESP"), sob o nº 189.022/10-3, em 2 de junho de 2010, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Brasil Econômico, em 8 de junho de 2010; e (ii) 8 de julho de 2010, cuja ata será registrada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal Brasil Econômico. Em 28 de junho e 8 de julho de 2010 foram realizadas Reuniões de Diretoria ratificando a taxa de remuneração das Debêntures conforme Procedimento de *Bookbuilding*, cujas atas serão registradas na JUCESP.

A Oferta é regida pela "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.", celebrada entre a Emissora e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. ("Agente Fiduciário"), em 8 de junho de 2010 e registrada na JUCESP em 21 de junho de 2010 ("Escritura de Emissão"). A taxa final utilizada para cálculo da remuneração das Debêntures foi apurada por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido neste Prospecto) e foi ratificada por meio de aditamentos à Escritura de Emissão celebrados em 28 de junho e 8 de julho de 2010.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação do **BANCO BRADESCO BBI S.A.**, na qualidade de instituição intermediária líder ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), e do **BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.** ("Coordenador" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), ambos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos previstos nas Instruções da CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), e nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 400").

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e no SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) no DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e no Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

A Emissão foi registrada na CVM em 6 de julho de 2010, sob nº CVM/SRE/DEB/2010/021.

ESTE PROSPECTO DEVE SER LIDO EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ELABORADO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 480, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009. O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA SE ENCONTRA DISPONÍVEL PARA CONSULTA NOS SITES WWW.BANDEIRANTE.COM.BR, WWW.CVM.GOV.BR E WWW.BM&FBOVESPA.COM.BR. PARA INFORMAÇÕES DETALHADAS DE ACESSO EM CADA UM DESTES WEBSITES VER PÁGINA 5 DESTE PROSPECTO.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO COMO UMA RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA OPORTUNIDADE A PARTIR DA LEITURA CUIDADOSA DESTE PROSPECTO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 46 E 47 DESTE PROSPECTO, EM CONJUNTO COM AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, CUJO ACESSO ESTÁ DEVIDAMENTE INDICADO NA PÁGINA 5 DESTE PROSPECTO, PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À EMISSORA E À OFERTA. MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDAS COM O COORDENADOR LÍDER E À CVM NOS ENDEREÇOS INDICADOS NA PÁGINA 41 DESTE PROSPECTO.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores da Oferta



BBI

Coordenador Líder



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA	5
DEFINIÇÕES	6
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	9
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, AUDITORES E CONSULTORES.....	10
1. Companhia	10
2. Coordenadores da Oferta	10
3. Consultores Jurídicos	10
3.1 Para a Companhia	10
3.2 Para os Coordenadores da Oferta	11
4. Auditores	11
DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	12
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA	13
Banco Bradesco BBI S.A. – Coordenador Líder	13
BB – Banco de Investimento S.A.	14
2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	17
SUMÁRIO DA OFERTA	19
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	25
Autorizações Societárias	25
Composição do Capital Social	25
Posição Acionária.....	25
<i>Descrição do Acionista da Companhia</i>	<i>25</i>
<i>Descrição dos Principais Acionistas da EDP – Energias do Brasil, S.A.</i>	<i>26</i>
<i>Exercício do Poder Decisório da Companhia</i>	<i>26</i>
Características e Prazos	26
<i>Escritura de Emissão</i>	<i>26</i>
<i>Destinação dos Recursos</i>	<i>27</i>
<i>Valor Nominal Unitário</i>	<i>27</i>
<i>Séries</i>	<i>27</i>
<i>Quantidade de Debêntures</i>	<i>27</i>
<i>Data de Emissão</i>	<i>27</i>
<i>Valor da Emissão</i>	<i>27</i>
<i>Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures:</i>	<i>27</i>
<i>Espécie</i>	<i>27</i>
<i>Prazo e Data de Vencimento</i>	<i>27</i>
<i>Procedimento de Bookbuilding</i>	<i>28</i>
<i>Remuneração das Debêntures</i>	<i>28</i>
<i>Atualização</i>	<i>28</i>
<i>Amortização</i>	<i>28</i>
<i>Juros Remuneratórios</i>	<i>28</i>
<i>Periodicidade de Pagamento da Remuneração</i>	<i>29</i>
<i>Prorrogação dos Prazos</i>	<i>29</i>
<i>Fórmula para Cálculo da Remuneração</i>	<i>29</i>
<i>Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento</i>	<i>32</i>
<i>Preço de Subscrição e Forma de Integralização</i>	<i>32</i>
<i>Local de Pagamento</i>	<i>32</i>
<i>Multa e Encargos Moratórios</i>	<i>32</i>
<i>Decadência dos Direitos aos Acréscimos</i>	<i>32</i>
<i>Imunidade de Debenturistas</i>	<i>32</i>
<i>Repactuação</i>	<i>33</i>
<i>Resgate Antecipado</i>	<i>33</i>
<i>Aquisição Facultativa</i>	<i>33</i>
<i>Publicidade</i>	<i>33</i>
<i>Fundo de Amortização</i>	<i>33</i>
<i>Vencimento Antecipado</i>	<i>33</i>
<i>Assembleia de Debenturistas</i>	<i>35</i>
<i>Público Alvo</i>	<i>36</i>
<i>Inadequação do Investimento</i>	<i>36</i>
<i>Fatores de Risco</i>	<i>37</i>
<i>Cronograma da Emissão</i>	<i>37</i>

Contrato de Distribuição de Debêntures	37
<i>Regime de Colocação</i>	37
<i>Demonstrativo do Custo da Distribuição</i>	38
<i>Plano de Distribuição</i>	38
<i>Registro para Colocação e Negociação</i>	39
<i>Modificação, Suspensão ou Cancelamento da Emissão</i>	39
<i>Liquidação Financeira</i>	40
<i>Cópias do Contrato de Distribuição</i>	40
<i>Contrato de Garantia de Liquidez/Estabilização de Preço</i>	40
<i>Classificação de Risco</i>	40
<i>Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas</i>	40
Informações Complementares	41
Outras Informações	41
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	42
Relacionamento entre a Companhia e Bradesco BBI - Coordenador Líder	42
Relacionamento entre a Companhia e o BB-BI	44
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	45
Recomposição de Caixa	45
Pagamento Parcial de Dívida	45
Financiamento do Capital de Giro da Companhia	45
FATORES DE RISCO	46
Riscos Relativos às Debêntures	46
<i>As obrigações da Emissora constantes na Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de</i> <i>vencimento antecipado.</i>	46
<i>Validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP caso se faça necessária a cobrança</i> <i>judicial das Debêntures (Súmula 176 do Superior Tribunal de Justiça)</i>	46
<i>A Espécie das Debêntures é Subordinada.</i>	46
<i>As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não</i> <i>substituição da Taxa DI.</i>	46
<i>Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de</i> <i>liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.</i>	47
<i>A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures</i> <i>poderá dificultar a venda das Debêntures.</i>	47
<i>A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na</i> <i>liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures.</i>	47
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	48
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	50
CAPACIDADE DE PAGAMENTO	51
CAPITALIZAÇÃO	52
3. ANEXOS	53
Formulário de Referência	55
Ata da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2010	59
Ata de Reunião de Diretoria realizada em 28 de junho de 2010	67
Ata da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 8 de julho de 2010	71
Ata de Reunião de Diretoria realizada em 8 de julho de 2010	75
Estatuto Social	79
Escritura de Emissão	95
Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão	131
Segundo Aditamento à Escritura de Emissão	145
Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	155
Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	159
Súmula de <i>Rating</i>	163
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	167
Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes	169
Informações Trimestrais (ITR) referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2009 e 2010, e respectivo relatório de revisão especial dos Auditores Independentes	173

1. INTRODUÇÃO

- Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência
- Definições
- Informações Cadastrais da Companhia
- Identificação de Administradores, Auditores e Consultores
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400
- Apresentação dos Coordenadores da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

As informações referentes às seções relacionadas: (i) aos fatores de risco da Companhia e de seu mercado de atuação; (ii) à sua situação financeira; e (iii) a outras informações relativas à Companhia, tais como histórico, atividades, estrutura organizacional, propriedades, plantas e equipamentos, composição do capital social, administração, pessoal, contingências judiciais e administrativas, nos termos solicitados pelo Anexo III da Instrução CVM 400, itens 4 a 7, podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra anexo a este Prospecto e disponível para consulta nos seguintes *websites*:

- www.bandeirante.com.br (neste website acessar “Investidores” e, ao ser redirecionado para a página “<http://energiasdobrasil.foinvest.com.br/>”, acessar o link “Informações Financeiras” e acessar o link “Arquivos CVM”, em seguida acessar o link “EDP Bandeirante” e selecionar “Formulário de Referência”);
- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “Bandeirante” e selecionar “Formulário de Referência – Em arquivo”); e
- www.bmfbovespa.com.br (neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “Bandeirante”, clicar em “Bandeirante” clicar na aba “Informações Relevantes” e selecionar “Formulário de Referência – Em arquivo”).

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta Seção, salvo se de outra forma determinado ou se o contexto assim o exigir.

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
Agente Fiduciário	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta.
Anúncio de Retificação	Anúncio utilizado para divulgar a revogação ou qualquer modificação da Emissão, por meio do DOESP e do jornal Brasil Econômico.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta.
Banco Mandatário e Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BB-BI	BB – Banco de Investimento S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa da BM&FBOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Companhia, Emissora ou Bandeirante	Bandeirante Energia S.A.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, em Regime de Garantia Firme, da Bandeirante Energia S.A., celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta, em 8 de junho de 2010.
Coordenador Líder ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder e BB-BI.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Cada uma das datas semestrais de amortização das Debêntures, sendo a primeira 1º de julho de 2014 e a última 1º de julho de 2016.

Data de Emissão	1º de julho de 2010.
Data de Liquidação	13 de julho de 2010.
Data de Vencimento	1º de julho de 2016.
DDA	DDA - Sistema de Distribuição de Ativos.
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures emitidas, excluindo aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau.
Diretoria	Diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EnBr	EDP – Energias do Brasil S.A.
Escritura de Emissão	“Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.”, celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, em 8 de junho de 2010, conforme aditada em 28 de junho de 2010 e em 8 de julho de 2010.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência elaborado nos termos da Instrução CVM 480.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 471	Instrução CVM n.º 471, de 08 de agosto de 2008.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações.
Oferta ou Emissão	Quarta emissão para distribuição pública de 39.000 (trinta e nove mil) debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie subordinada, em série única, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais). Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da remuneração seguinte, exclusive.

	<p>Investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).</p>
Prazo de Garantia Firme	<p>O prazo de colocação e distribuição pública da totalidade das Debêntures sob regime de garantia firme será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início.</p> <p>O prazo de subscrição das Debêntures pelos investidores encerra-se na data limite do Prazo de Garantia Firme.</p> <p>Ao final do Prazo de Garantia Firme, cada Coordenador estará obrigado a subscrever e liquidar, até o limite da garantia firme por ele prestada, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas e/ou liquidadas junto a investidores até a Data de Liquidação.</p>
Prazo de Distribuição	<p>Período máximo de 6 (seis) meses a contar da publicação do Anúncio de Início.</p>
Prospecto Preliminar	<p>O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, em Série Única, da espécie subordinada da Companhia.</p>
Prospecto Definitivo ou Prospecto	<p>O presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, em Série Única, da espécie subordinada da Companhia.</p>
Público Alvo	<p>Investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.</p>
R\$, Real ou Reais	<p>Moeda corrente do Brasil.</p>
SDT	<p>Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.</p>
SND	<p>Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.</p>
Taxa DI	<p>Taxas médias diárias dos DI “<i>over</i> extra grupo” – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano.</p>
Valor Total da Oferta	<p>R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais).</p>

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação da Companhia	Bandeirante Energia S.A., companhia aberta, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.302.100/0001-06, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.153.235.
Registro na CVM	Registro de companhia aberta perante a CVM, concedido sob nº 16985 (código CVM), em 27 de março de 1998.
Sede	A nossa sede está localizada na Rua Bandeira Paulista, 530, Chácara Itaim, São Paulo – SP, CEP 04532-001.
Diretoria de Relações com Investidores	A nossa Diretoria de Relações com Investidores localiza-se em nossa sede. O Sr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas é o responsável por esta Diretoria e pode ser contatado pelo telefone (55 11) 2185-5001, fax (55 11) 2185-5914 e endereço de correio eletrônico miguel.setas@edpbr.com.br.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes, localizada na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, CEP 04530-904, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, telefone (55 11) 2183-3000 e fax (55 11) 2183-3001.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia, inclusive seus atos societários, são divulgadas/publicadas no DOESP e no jornal “Brasil Econômico”.
Site na Internet	O <i>site</i> da Companhia na Internet está disponível sob o endereço www.bandeirante.com.br .
Informações Adicionais	Quaisquer informações complementares sobre a Companhia e a Oferta podem ser obtidas junto: (i) à Companhia , em sua sede e em seu site na Internet; (ii) ao Coordenador Líder – Bradesco BBI , localizado na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, CEP 01310-917, São Paulo, SP; (iii) ao BB-BI , localizado na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, CEP 20031-923, Rio de Janeiro, RJ; (iv) à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros , Praça Antonio Prado, nº 48, 4º andar, CEP 01010-901, São Paulo, SP; e (v) à Comissão de Valores Mobiliários – CVM , Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ e Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP.
Declarações	As declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto nas páginas 157 e 161, respectivamente.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, AUDITORES E CONSULTORES

Para fins do item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

1. Companhia

Bandeirante Energia S.A.

Rua Bandeira Paulista, 530, Chácara Itaim
04532-001, São Paulo, SP, Brasil
At.: Sr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Telefone: (11) 2185-5001
Fax: (11) 2185-5914
Site: www.bandeirante.com.br

2. Coordenadores da Oferta

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar
01310-917, São Paulo, SP, Brasil
At.: Sr. Alfred Dangoor
Telefone: (11) 2178-4800
Fax: (11) 2178-4880
Site: www.bradescobbi.com.br

BB – Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
20031-923, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Paulo Francisco Laranjeira Junior
Telefone: (11) 3149-8507
Fax: (11) 3149-8529
Site: www.bb.com.br/ofertapublica

3. Consultores Jurídicos

3.1 Para a Companhia

Tauil & Chequer Advogados Associado a Mayer Brown LLP

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1455, 5º e 6º andares
04543-011, São Paulo, SP, Brasil
At.: Sr. Eduardo Soares
Telefone: (11) 2504-4250
Fax: (11) 2504-4211
Site: www.mayerbrown.com

3.2 Para os Coordenadores da Oferta

Souza, Cescon, Barriau & Flesch Advogados

Rua Funchal, 418, 11º andar

04551-060, São Paulo, SP

At.: Joaquim Oliveira

Tel: (11) 3089-6500

Fax: (11) 3089-6565

Internet: www.scbf.com.br

4. Auditores

KPMG Auditores Independentes

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33

04530-904, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho

Telefone: (11) 2183-3000

Fax: (11) 2183-3001

Site: www.kpmg.com.br

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder encontram-se como Anexo nas páginas 157 e 161, respectivamente, deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

Banco Bradesco BBI S.A. - Coordenador Líder

O Bradesco BBI opera nas áreas de banco de investimento, destacando operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, *private banking* e *asset management*. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações com investidores estrangeiros.

O desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento tem os seguintes destaques:

- Líder em operações de reestruturações societárias e Ofertas Públicas de Ações em valores de operações realizadas no ano de 2009, segundo o *ranking* de anúncio da ANBIMA.
- Líder na prestação de serviços envolvendo operações de fusões e aquisições em número de operações realizadas no ano de 2009, segundo o *ranking* de fechamento da ANBIMA.
- Segunda posição em operações de renda variável por valor (distribuição) segundo o *ranking* ANBIMA publicado em março de 2010. Em 2010, o BBI participou como Coordenador e *Joint Bookrunner* de 5 (cinco) operações das 8 (oito) que foram registradas na CVM, cuja soma representa um volume de R\$ 5,9 bilhões (cinco bilhões e novecentos milhões de reais). Em 2009, o Bradesco BBI participou como coordenador líder e *Joint Bookrunner* do *Initial Public Offering* da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, que totalizou R\$8,4 bilhões (oito bilhões e quatrocentos milhões de reais) e como *Joint Bookrunner* de mais 9 (nove) ofertas públicas de ações em 2009 que totalizaram, em conjunto com Visanet, aproximadamente R\$ 15,7 bilhões (quinze bilhões e setecentos milhões de reais).
- Segunda posição em operações de renda fixa no mercado doméstico de acordo com o *ranking* de Originação ANBIMA publicado em março de 2010, com participação de mercado de 20,8% (vinte inteiros e oito décimos por cento) e volume de R\$2,7 bilhões (dois bilhões e setecentos milhões de reais); e
- Em 2009, atuou como assessor e estruturador financeiro para importantes projetos de diferentes setores da economia, dentre os quais se destacam os projetos UHE Jirau (usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada de 3.300 MW) e Usina Jataí (investimento *greenfield* da Cosan, com capacidade de moagem de 4 (quatro) milhões de toneladas/ano de cana-de-açúcar). Os recursos obtidos com o BNDES para a implantação dos projetos somam R\$7,2 bilhões (sete bilhões e duzentos milhões de reais) para a UHE Jirau e R\$639 milhões (seiscentos e trinta e nove milhões de reais) para a Usina Jataí.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país, de acordo com o *ranking* dos “50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional” divulgado pelo BACEN em março de 2010 e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, que possibilita oferecer a seus 21,2 milhões (vinte e um milhões e duzentos mil) de correntistas comodidade e segurança. Clientes e usuários têm a disposição uma extensa Rede de Atendimento, com 6.106 (seis mil, cento e seis) agências convencionais e 6.110 (seis mil, cento e dez) unidades do Banco Postal. No primeiro trimestre de 2010, o lucro líquido foi de R\$2,147 bilhões (dois bilhões e cento e quarenta e sete milhões de reais), o patrimônio líquido foi de R\$43,087 bilhões (quarenta e três bilhões e oitenta e sete milhões de reais) e os ativos totalizaram R\$532,626 bilhões (quinhentos e trinta e dois bilhões e seiscentos e vinte e seis milhões de reais).

Em novembro de 1988, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral que detém participações permanentes em empresas que representam uma extensão da atividade econômica do conglomerado e possui, também, participações societárias no capital de empresas que adotam boas práticas de governança corporativa. O resultado do BB-BI origina-se de suas atividades de intermediação financeira, prestação de serviços e participações societárias.

Em 2008, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Ambev, no valor de R\$ 1,5 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$ 100 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$ 200 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$ 400 milhões e a quinta emissão de debêntures da Gafisa S.A. no valor de R\$ 250 milhões, a segunda emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$ 100 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A. no valor de R\$ 550 milhões e a segunda emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R\$ 390 milhões. Participou da quarta emissão de debêntures da USIMINAS, no valor de R\$ 500 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da TCO IP S.A. no valor de R\$ 530 milhões, da nona emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$ 220 milhões e da segunda emissão de notas promissórias da Invitel S.A., no valor de R\$ 950 milhões.

Em 2009, o BB-BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a terceira emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, da primeira emissão de debêntures da TAM Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 600 milhões, a primeira emissão de debêntures da InBev Participações Societárias S.A., no valor de R\$ 2 bilhões, a segunda emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R\$ 430 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 2.700 milhões, a quarta emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R\$ 900 milhões, a primeira emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A., no valor de R\$ 450 milhões, a quarta emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A. no valor de R\$ 400 milhões, a primeira emissão de debêntures da JHSF Participações S.A. no valor de R\$ 100 milhões e a quarta emissão de debêntures da BNDES Participações S.A - BNDESPAR, no valor de R\$ 1.250 milhões. Participou da segunda emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A. no valor de R\$ 600 milhões da primeira emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A. no valor de R\$ 1.600 milhões, da terceira emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R\$ 120 milhões, da quinta emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, no valor de R\$ 598 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A., no valor de R\$ 330 milhões e da segunda emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 950 milhões.

Em 2010, o BB-BI liderou a segunda emissão de debêntures da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$2,7 bilhões (dois bilhões e setecentos milhões de reais), da primeira emissão de debêntures da Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A. no valor de R\$135 milhões (cento e trinta e cinco milhões de reais), da primeira emissão de debêntures da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR, no valor de R\$450 milhões (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), da primeira emissão de debêntures da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros., no valor de R\$122 milhões (cento e vinte e dois milhões de reais), e da segunda emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A., no valor de R\$130 milhões (cento e trinta milhões de reais) e da décima primeira emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$1.215 milhões (um bilhão, duzentos e quinze milhões de reais). Participou da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$550 milhões (quinhentos e cinquenta milhões de reais), da terceira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$516 milhões (quinhentos e dezesseis milhões de reais), da segunda emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A. no valor de R\$140 milhões (cento e quarenta milhões de reais), da terceira emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. no

valor de R\$400 milhões (quatrocentos milhões de reais), da primeira emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$ 3 bilhões (três bilhões de reais), e da primeira emissão de debêntures da Odebrecht Serviços e Participações S.A., no valor de R\$1,03 bilhões (um bilhão e trinta milhões de reais).

No mercado de capitais internacional, em 2009, o BB, por meio de suas corretoras externas BB Securities Ltd (Londres) e Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), atuou em 16 (dezesesseis) das 32 (trinta e duas) emissões brasileiras (US\$25,7 bi – vinte e cinco bilhões e setecentos milhões de dólares) de títulos de renda fixa, dentre elas STN, Petrobras, Grupo Oi, JBS, BNDES, Votorantim, Odebrecht, TAM, Fibria e Gerdau, além do próprio BB, que totalizaram mais de US\$18 bilhões (dezoito bilhões de dólares).

Em operações de renda variável, o BB-BI se apoia em mais de 16 mil pontos de atendimento de seu controlador, Banco do Brasil S.A., espalhados por todo o Brasil e em outros 22 países. Em 2008, atuou como coordenador líder na oferta pública de ações de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R\$ 460 milhões e como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Vale S.A., no valor de R\$ 19,4 bilhões. Em 2009, atuou como coordenador na oferta pública inicial de ações de emissão da Visanet, no valor de R\$ 8,4 bilhões, no Follow On da Brasil Foods, no valor de R\$ 5,2 bilhões, no Follow On da Gol Linhas Aéreas Inteligentes, no valor de R\$ 1 bilhão e da Marfrig Alimentos, no valor de R\$ 1,5 bilhão. Como coordenador contratado atuou nas operações da CCR, Cyrela, Natura, Multiplan, Rossi e Santander. Em 2008 ocupou o terceiro lugar no ranking ANBIMA de distribuição de renda variável com o valor de R\$ 4,2 bilhões distribuídos e 12,4% de participação de mercado. Em 2009, ficou em quinto lugar no ranking ANBIMA de distribuição de renda variável, com o valor de R\$ 3,9 bilhões distribuídos e 10,6% de participação de mercado. No ano de 2010 o BB-BI atuou, até o momento, em duas ofertas como Coordenador Contratado: Aliansce e Multiplus.

Outro ponto de destaque é o importante crescimento dos instrumentos de securitização, como os fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC. Em 2006, o BB-BI coordenou as operações da SABESP e do Grupo Brasil, consolidando-se como competidor também nesse segmento.

O BB-BI conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de grandes operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes, saneamento, dentre outros.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

- Sumário da Oferta
- Informações sobre a Oferta
- Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta
- Destinação dos Recursos
- Fatores de Risco
- Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro
- Operações Vinculadas à Oferta
- Capacidade de Pagamento
- Capitalização

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco”, na página 46 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Companhia, cujos acessos estão devidamente indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”.

Emissora: Bandeirante Energia S.A.

Breve Apresentação da Emissora: A Bandeirante é uma das principais concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo e a maior do Grupo EDP Energias do Brasil S.A., atendendo a 28 municípios das regiões do Alto Tietê e Vale do Paraíba, onde conta com uma base de 1,5 milhão de clientes, atendendo uma população de cerca de 4,6 milhões de habitantes, em uma área de 9,6 mil km².

A rede de eletricidade da Bandeirante inclui a sub-transmissão de energia de alta voltagem (138 kV e 88 kV) e sua transformação e distribuição em voltagens médias (principalmente 13,8 kV). No último exercício social encerrado em 2009, a Bandeirante forneceu um total de 8.547 GWh de energia, sem consumo próprio, para 1.482 milhão de consumidores, correspondente a 7,3% da energia consumida em todo o Estado de São Paulo. A receita líquida da Bandeirante representou 40,2% da receita líquida total do Grupo EDP Energias do Brasil S.A. no ano de 2009.

Debêntures: Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única.

Data de Emissão: 1º de julho de 2010.

Agente Fiduciário: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Banco Mandatário e Escriturador: Banco Bradesco S.A.

Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.

Coordenador: BB – Banco de Investimento S.A.

Agência de Rating: Moody's

Valor Total da Emissão: R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais).

Oferta ou Emissão: Quarta emissão para distribuição pública de 39.000 (trinta e nove mil) debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie subordinada, em série única, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais). Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

**Aprovações
Societárias:**

A Emissão foi aprovada em Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em (i) 26 de maio de 2010, cuja ata foi registrada na JUCESP, sob o nº 189.022/10-3, em 2 de junho de 2010, e publicada no DOESP e no jornal Brasil Econômico, em 8 de junho de 2010; e (ii) 8 de julho de 2010, cuja ata será registrada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal Brasil Econômico.

Em 28 de junho e 8 de julho de 2010 foram realizadas Reuniões de Diretoria ratificando a taxa de remuneração das Debêntures conforme Procedimento de *Bookbuilding*, cujas atas serão registradas na JUCESP.

Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.

Quantidade de Debêntures:: Serão emitidas 39.000 (trinta e nove mil) Debêntures

Valor Nominal Unitário: R\$10.000,00 (dez mil reais).

Espécie: As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

Forma e Conversibilidade: As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos de debêntures. As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de julho de 2016.

Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos conforme indicado na tabela a seguir (cada uma, uma “Data de Amortização”):

Data de Amortização	Percentual de Amortização
1º de julho de 2014	20%
1º de janeiro de 2015	20%
1º de julho de 2015	20%
1º de janeiro de 2016	20%
1º de julho de 2016	20%

Preço de Subscrição e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração incidente entre a Data de Emissão e a data da efetiva integralização, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

O investimento em Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover má formação da taxa final de spread ou de liquidez das Debêntures no mercado secundário, neste sentido ver seção “Fatores de Risco - A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures”, na página 47 deste Prospecto.

Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário:

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) no SDT e no SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) no DDA e no Sistema BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

Destinação dos Recursos:	Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures após o pagamento das despesas e comissões da Oferta serão destinados da seguinte forma: (i) 88,6% para recomposição de caixa e posterior financiamento do capital de giro, (ii) 10,3% para pagamento parcial de dívidas e (iii) 1,1% para financiamento do capital de giro da Companhia. Para maiores informações, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 45 deste Prospecto.
Período de Capitalização:	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de capitalização, e termina na data de pagamento da remuneração seguinte, exclusive.
Procedimento de Bookbuilding:	<p>Procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração das Debêntures.</p> <p>No Procedimento de <i>Bookbuilding</i> houve participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, o que poderá promover má formação da taxa final de <i>spread</i> ou de liquidez das Debêntures no mercado secundário, neste sentido ver seção “Fatores de Risco - A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures”, na página 47 deste Prospecto.</p> <p>Os Coordenadores não verificaram excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, caso em que, em observância ao art. 55 da Instrução CVM 400, as ordens de Pessoas Vinculadas teriam sido automaticamente canceladas.</p>
Repactuação:	Não haverá repactuação das Debêntures.
Atualização das Debêntures:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.
Remuneração:	A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “ <i>over extra grupo</i> ”, calculadas e divulgadas pela CETIP (“ <u>Taxa DI</u> ”), capitalizada de um <i>spread</i> ou sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis (“ <u>Acréscimo sobre a Taxa DI</u> ”), conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, imediatamente, após a primeira Data de Amortização das Debêntures, ao Saldo do Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na Escritura de Emissão.
Pagamento da Remuneração:	O pagamento da Remuneração será feito semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 1º dos meses de janeiro e julho de cada ano, até a Data de Vencimento.
Resgate Antecipado:	As Debêntures não poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, exceto caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, acerca de novo parâmetro de remuneração quando da ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos ou extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI ou de um substituto, na forma prevista na Escritura de Emissão.

**Aquisição
Facultativa:**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração demais Debêntures em Circulação.

**Vencimento
Antecipado:**

Hipóteses de Vencimento Antecipado, conforme descritas no item “*Vencimento Antecipado*”, na seção “*Informações sobre a Oferta*”, na página 33 deste Prospecto.

Local de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

Público Alvo:

Investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

**Inadequação do
Investimento:**

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor de energia. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco”, na página 46 deste Prospecto.

Fatores de Risco

Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores devem atentar para os fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco”, na página 46 deste Prospecto, em conjunto com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

**Quorum de
Instalação:**

A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau.

Quorum de Deliberação:

Nas deliberações da AGD, a cada “Debênture em Circulação” caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que (i) as alterações nas condições de vencimento antecipado não automático, alterações referentes à forma, ao resgate e à espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures e a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, deverão contar com a aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (ii) alterações na Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento, excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização, decorrentes do acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas, Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como nas condições de vencimento antecipado automático e/ou dispositivos sobre quorum previstos na Escritura de Emissão, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Regime de Colocação das Debêntures:

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação.

Cronograma da Emissão:

A Oferta seguirá o cronograma da lista abaixo:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista*
1	Protocolo do Prospecto Preliminar na ANBIMA	25/05/2010
	Reunião do Conselho de Administração que aprovou a Oferta	
	Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBIMA	26/05/2010
2	Publicação do Aviso ao Mercado	
	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	
3	Apresentações para potenciais investidores	09/06/2010
4	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	11/06/2010
5	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	28/06/2010
6	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	06/07/2010
	Publicação do Anúncio de Início	
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	
	Início da Oferta	
7	Liquidação Financeira da Oferta	13/07/2010
	Publicação do Anúncio de Encerramento	
8	Encerramento da Oferta	15/07/2010

Prazo de Distribuição:

O prazo máximo para colocação pública das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

Prazo de Garantia Firme:

O prazo de colocação e distribuição pública da totalidade das Debêntures sob regime de garantia firme será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

O prazo de subscrição das Debêntures pelos investidores encerra-se na data limite do Prazo de Garantia Firme.

Ao final do Prazo de Garantia Firme, cada Coordenador estará obrigado a subscrever e liquidar, até o limite da garantia firme por ele prestada, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas e/ou liquidadas junto a investidores até a Data de Liquidação.

Classificação de risco:

A Emissora contratou a Moody's para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Emissão, e para a revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures.

A Moody's atribuiu *rating* "Aa2.br" às Debêntures (Para mais informações sobre a classificação de risco da Emissora, ver o Anexo "Súmula de *Rating*", na página 163 deste Prospecto).

Informações Adicionais:

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver a seção "Informações Sobre a Oferta", na página 25 deste Prospecto.

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto: (i) à Emissora; (ii) ao Coordenador Líder; (iii) ao Coordenador; (iv) à CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20050-006, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (vi) à BM&FBOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (vii) à CETIP, localizada na Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Emissão foi aprovada em Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em (i) 26 de maio de 2010, cuja ata foi registrada na JUCESP, sob o nº 189.022/10-3, em 2 de junho de 2010, e publicada no DOESP e no jornal Brasil Econômico, em 8 de junho de 2010; e (ii) 8 de julho de 2010, cuja ata será registrada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal Brasil Econômico.

Em 28 de junho e 8 de julho de 2010 foram realizadas Reuniões de Diretoria ratificando a taxa de remuneração das Debêntures conforme Procedimento de *Bookbuilding*, cujas atas serão registradas na JUCESP.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$ 254.628.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil), sendo representado por 39.091.735.037 (trinta e nove bilhões, noventa e um milhões, setecentos e trinta e cinco mil e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Estatuto Social da Emissora não prevê a possibilidade de aumento do capital social independentemente de reforma estatutária.

A distribuição do capital social da Emissora na data deste Prospecto é:

Espécie e Classe das Ações	Subscrito e Integralizado	
	Quantidade (mil)	Valor (Em R\$ mil)
Ordinárias	39.091.735	254.628,00

Posição Acionária

A EDP – Energias do Brasil é a única acionista da Companhia e, portanto, a única acionista titular de 5% ou mais de ações da Companhia na data deste Prospecto.

Descrição do Acionista da Companhia

EDP – Energias do Brasil, S.A.

A EDP - Energias do Brasil S.A. é a acionista controladora da Companhia. A EDP Energias do Brasil S.A. é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis do Brasil, sob o CNPJ/MF de n.º 03.983.431/0001-03, com sede na cidade de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, n.º 530, 14º andar, CEP 04532-001. A tabela abaixo apresenta a distribuição do capital da EDP Energias do Brasil S.A. entre os acionistas detentores do seu poder de controle.

Acionistas	Ações Ordinárias	(%)
EDP - Energias de Portugal S.A.	39.739.013	25,02
EDP - Investment & Services Limited	38.234.188	24,08
Balwerk Consultadoria Econômica e Participações Sociedade Limitada	24.928.914	15,70
Antonio Luis Guerra Nunes Mexia	01	-
Antonio Manuel Barreto Pita de Abreu	01	-
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	01	-
Ana Maria Machado Fernandes	01	-
Francisco Roberto André Gros	01	-
Pedro Sampaio Malan	01	-
Francisco Carlos Coutinho Pitella	10	-
Modesto Souza Barros Carvalhosa	01	-
Ações em Tesouraria	280.225	0,18
Outros	55.622.847	35,03
Total	158.805.204	100,00

Descrição dos Principais Acionistas da EDP – Energias do Brasil, S.A.**EDP – Energias de Portugal, S.A.**

A EDP - Energias de Portugal S.A. é a principal acionista da EDP – Energias do Brasil S.A. A EDP Energias de Portugal S.A. é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis de Portugal, com sede na cidade de Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12. A tabela abaixo apresenta a distribuição do capital da EDP – Energias de Portugal S.A. entre os acionistas detentores do seu poder de controle.

	Ações	(%)	Capital Total	(%)
Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Governo do Estado de Portugal)	749.323.856	20,49	749.323.856	20,49
Iberdola – Participações SGPS, S.A.	347.371.083	9,50	347.371.083	9,50
Caja de Ahorros de Astúrias (CajAstur)	183.257.513	5,01	183.257.513	5,01
Caixa Geral de Depósitos S.A.	191.468.320	5,24	191.468.320	5,24
José de Mello – Soc. Gestora de Participações Sociais S.A.	176.345.969	4,82	176.345.969	4,82
Grupo BCP e Fundo de Pensões do Grupo BCP	123.079.835	3,37	123.079.835	3,37
Pictet Asset Management	104.396.422	2,86	104.396.422	2,86
Banco Espírito Santo S.A.	111.586.342	3,05	111.586.342	3,05
Sonatrach	81.713.076	2,23	81.713.076	2,23
International Petroleum Investment Company (IPIC)	73.130.755	2,00	73.130.755	2,00
Barclays Global Investors UK Holdings Ltd	74.159.316	2,03	74.159.316	2,03
Tesouraria	34.650.475	0,95	34.650.475	0,95
Outros	1.406.054.753	38,45	1.406.054.753	38,45
Total	3.656.537.715	100,00	3.656.537.715	100,00

Balwerk Consultoria Econômica e Participações Soc. Unipessoal Lda.

A Balwerk Consultoria é uma sociedade constituída de acordo com as leis de Portugal, com sede na cidade de Lisboa, na Avenida José Malhoa, lote A - 13, controlada integralmente pela EDP – Energias de Portugal, S.A., cuja distribuição do capital social encontra-se descrita acima.

	Ações	(%)	Capital Total	(%)
EDP – Energias de Portugal, S.A.	01	100,00	01	100,00
Total	01	100,00	01	100,00

Energias de Portugal Investments and Services, Ltd.

A EDP ISSL é uma sociedade constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, com sede em George Town, Grand Cayman, na Genesis Trust & Corporate Services Ltd., segundo andar, Compass Centre, P.O. Box 448GT, Ilhas Cayman. O capital da EDP ISSL é integralmente detido pela Eletricidade de Portugal Finance Company (Ireland) Ltd., a qual, por sua vez, é integralmente detida pela EDP – Energias de Portugal S.A., cuja distribuição do capital social encontra-se descrita acima.

	Ações	(%)	Capital Total	(%)
Eletricidade de Portugal Finance Company (Ireland) Ltd.	3.006	100,00	3.006	100,00
Total	3.006	100,00	3.006	100,00

Exercício do Poder Decisório da Companhia

Na data deste Prospecto, a única acionista da Companhia é a EDP – Energias do Brasil S.A., a qual detém 100% do capital social votante da Companhia. O principal acionista da EDP – Energias do Brasil S.A. é a EDP – Energias de Portugal, S.A., sociedade estabelecida de acordo com as leis de Portugal, que detém, direta e indiretamente, 64,80% de capital social votante da EDP – Energias do Brasil S.A. O principal acionista da EDP – Energias de Portugal, S.A., por sua vez, é o Governo de Portugal, que detém 20,49% de seu capital social votante.

A EDP – Energias de Portugal S.A. não possui um acionista controlador ou um grupo de controle. O exercício do poder decisório por parte dos acionistas da EDP – Energias de Portugal, S.A. não é objeto de qualquer acordo de acionistas ou acordo prévio de voto em reuniões do conselho de administração, estando sujeito, desta forma, ao voto majoritário de seus acionistas nas assembleias gerais de acionistas. Nas três últimas assembleias gerais de acionistas da EDP – Energias de Portugal, S.A., tem prevalecido a posição do Governo de Portugal, tendência que pode ou não se repetir no futuro.

Características e Prazos**Escritura de Emissão**

A Emissão é regulada pela “Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.”, celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, em 8 de junho de 2010, que foi devidamente arquivada na JUCESP sob o nº 000545-9/000, em 21 de junho de 2010, conforme aditada em 28 de junho de 2010 e em 8 de julho de 2010 (“Escritura de Emissão”).

Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures após o pagamento das despesas e comissões da Oferta serão destinados da seguinte forma: (i) 88,6% para recomposição de caixa e posterior financiamento do capital de giro, (ii) 10,3% para pagamento parcial de dívidas e (iii) 1,1% para financiamento do capital de giro da Companhia. Para maiores informações, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 45 deste Prospecto.

Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização ou correção por qualquer índice.

Séries

A Oferta será realizada em série única.

Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 39.000 (trinta e nove mil) Debêntures. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

Data de Emissão

A data de emissão é 01 de julho de 2010 (“Data de Emissão”).

Valor da Emissão

R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões) na Data de Emissão

Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures:

As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA S.A., será emitido pela BM&FBOVESPA extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

Espécie

As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não possuindo qualquer garantia. As obrigações relativas às debêntures contêm cláusula de subordinação aos credores quirografários e, portanto, na hipótese de liquidação da Emissora, preferem apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver.

Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1ª de julho de 2016.

Procedimento de Bookbuilding

Foi realizado procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de aquisição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, junto a investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, para a definição da Remuneração das Debêntures. No Procedimento de *Bookbuilding* houve participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c) (“Pessoas Vinculadas”), o que poderá promover má formação da taxa final de *spread* ou de liquidez das Debêntures no mercado secundário. Os Coordenadores não verificaram excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, caso em que, em observância ao art. 55 da Instrução CVM 400, as ordens de Pessoas Vinculadas teriam sido automaticamente canceladas.

Remuneração das Debêntures

A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, calculadas e divulgadas pela CETIP (“Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, imediatamente, após a primeira Data de Amortização das Debêntures, ao Saldo do Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na Escritura de Emissão.

Atualização

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

Amortização

As Debêntures serão objeto de amortização semestral do principal, a partir do 48º mês, respeitadas as seguintes proporções:

Data de Amortização	Percentual de Amortização
1º de julho de 2014	20%
1º de janeiro de 2015	20%
1º de julho de 2015	20%
1º de janeiro de 2016	20%
1º de julho de 2016	20%

Juros Remuneratórios

Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual apurado com base na acumulação da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive).

Periodicidade de Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será feito semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 1º dos meses de julho e janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de janeiro de 2011 e o último pagamento em 1º de julho de 2016.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Fórmula para Cálculo da Remuneração

A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
Fator Juros	Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de <i>spread</i> calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

Fator DI	produtório dos fatores das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:
----------	--

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n	número total de fatores da Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
k	número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

Fator *Spread* sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread *spread* ou sobretaxa, definido em Procedimento de *Bookbuilding* conforme estabelecido na Escritura de Emissão;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "DT" um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da remuneração seguinte, exclusive.

Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva. Para informações adicionais, vide seção “*Fatores de Risco*”, item “*Validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP caso se faça necessária a cobrança judicial das Debêntures (Súmula 176 do Superior Tribunal de Justiça)*” deste Prospecto.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar AGD (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da substituição, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

Em caso de substituição da Taxa DI por outro índice equivalente no mercado, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n. 13 de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou

- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere este item.

O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas debêntures depositadas em custódia vinculada ao BOVESPAFIX e/ou ao SND.

Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

Preço de Subscrição e Forma de Integralização

A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

Multa e Encargos Moratórios

Sem prejuízo do disposto no item “Vencimento Antecipado” a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Resgate Antecipado

Observado o disposto no subitem “Fórmula para Cálculo da Remuneração”, bem como no item “Vencimento Antecipado” desta Seção, não haverá resgate antecipado das Debêntures, exceto caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, acerca de novo parâmetro de remuneração quando da ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos ou extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI ou de um substituto, na forma prevista na Escritura de Emissão.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no DOESP e no jornal “Brasil Econômico”, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – Internet (www.bandeirante.com.br).

Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

Vencimento Antecipado

Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático

Observado o disposto nos itens a seguir e o prazo de carência do item “a” abaixo em relação ao evento nele previsto, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (b) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- (c) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;

- (d) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (e) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (f) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e
- (g) transformação da Emissora em sociedade limitada.

Vencimento Antecipado por meio de AGD

O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 15 (quinze) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados a seguir, observados os respectivos prazos de carência previstos abaixo, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a ser realizada observado o quorum específico estabelecido no item “Assembleia de Debenturistas” desta Seção, na página 35 deste Prospecto, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas “a” a “g” do subitem “Hipóteses de Vencimento Antecipado” do item “Vencimento Antecipado” acima, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data do inadimplemento;
- (b) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;
- (c) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404;
- (d) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta;
- (e) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Para fins do presente item (e) “Dívida Bruta” representa a dívida financeira total subtraída dos empréstimos regulatórios do BNDES e “EBITDA” é o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização.

O índice financeiro estabelecido acima será apurado semestralmente, sendo que será utilizado o EBITDA referente ao período de apuração de 12 (doze) meses anteriores à data da apuração.

- (f) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), exceto se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (iii) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; e

- (g) alienação de controle acionário direto da EDP – Energias do Brasil S.A. (“EnBr”) que acarrete uma redução da classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, exceto se a (i) EDP – Energias do Portugal S.A., direta ou indiretamente remanescer como detentora do maior número de ações com direito a voto da EnBr e mantiver, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, a maioria do Conselho de Administração da EnBr com direito a voto da EnBr, ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Exclusivamente com relação ao subitem (a) acima, fica entendido que o Agente Fiduciário somente poderá convocar a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, após o decurso do período de cura nela previsto.

Após a realização da AGD mencionada no subitem (a) “Vencimento Antecipado por meio de AGD”, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

As Debêntures resgatadas em decorrência das hipóteses de Vencimento Antecipado Automático ou Vencimento Antecipado por AGD serão canceladas.

Assembleia de Debenturistas

Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas na Lei e na Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

Aplicar-se-á à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas AGDs, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere este item, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas das Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

Nas deliberações da AGD, a cada “Debênture em Circulação” caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

As deliberações que digam respeito a (i) alterações nas condições de vencimento antecipado não automático (ou seja, subitem “Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático” do item “Vencimento Antecipado”), alterações referentes à forma, ao resgate e às espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures e a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, deverão contar com a aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Alterações relativas a (i) Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento, excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização decorrentes do disposto no item 4.2.4.9 da Escritura de Emissão; (ii) Repactuação; (iii) Amortização das Debêntures; (iv) condições de vencimento antecipado automático; e/ou (v) dispositivos sobre quorum previstos na Escritura de Emissão, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Público Alvo

O público-alvo da Oferta será composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Inadequação do Investimento

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor de energia. Para a adequada avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 46 e 47 deste Prospecto.

Fatores de Risco

Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores devem atentar para os fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco”, na página 46 deste Prospecto, bem como para as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

Cronograma da Emissão

A Emissão seguirá o cronograma abaixo:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista*
1	Protocolo do Prospecto Preliminar na ANBIMA	25/05/2010
2	Reunião do Conselho de Administração que aprovou a Oferta Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBIMA Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	26/05/2010
3	Apresentações para potenciais investidores	09/06/2010
4	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	11/06/2010
5	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	28/06/2010
6	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	06/07/2010
7	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início da Oferta Liquidação Financeira da Oferta	13/07/2010
8	Publicação do Anúncio de Encerramento Encerramento da Oferta	15/07/2010

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Para informações sobre: (i) os procedimentos aplicáveis a eventual modificação, suspensão ou prorrogação da Oferta, ver item “Modificação, Suspensão ou Cancelamento da Emissão” nesta Seção, na página 39 deste Prospecto; (ii) subscrição, integralização e pagamento, ver item “Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento” nesta seção, na página 32 deste Prospecto; e (iii) distribuição junto ao público, ver item “Plano de Distribuição” nesta seção, na página 38 deste Prospecto.

Contrato de Distribuição de Debêntures

Regime de Colocação

Garantia Firme

Os Coordenadores realizarão a distribuição pública da totalidade das Debêntures, sob regime de garantia firme de subscrição e liquidação, sem solidariedade entre os Coordenadores para esse fim, no montante de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais), observada a proporção indicada na tabela a seguir, mediante intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

	Montante de Garantia Firme
Coordenador Líder	R\$195.000.000,00
Coordenador	R\$195.000.000,00
Total	R\$390.000.000,00

O prazo máximo para colocação pública das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início, sendo que o prazo de colocação e distribuição pública da totalidade das Debêntures sob regime de garantia firme será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Garantia Firme”). O prazo de subscrição das Debêntures pelos investidores encerra-se na data limite do Prazo de Garantia Firme. Se, ao final do Prazo de Garantia Firme, as Debêntures objeto da garantia firme de subscrição não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores deverão subscrever o saldo remanescente, de forma *pro rata*, até o referido prazo, nos termos das respectivas garantias firmes de subscrição por eles prestadas.

A garantia firme será exercida desde que: (i) cumpridas as Condições Precedentes, conforme estabelecidas no Contrato de Distribuição até o Anúncio de Início; e (ii) não sejam subscritas e integralizadas a totalidade das Debêntures.

A garantia firme prestada pelos Coordenadores permanecerá válida até o dia 25 de julho de 2010, podendo ser prorrogada de comum acordo pelas Partes.

No caso de exercício de garantia firme pelos Coordenadores, a subscrição e liquidação serão feitas pelo Preço de Subscrição

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custos para a Companhia*	Montante ** (R\$)	% sobre o total da Oferta **
Comissão de Estruturação e Coordenação***	R\$390.000,00	0,10%
Comissão de Colocação ***	R\$390.000,00	0,10%
Comissão de Garantia Firme***	R\$780.000,00	0,20%
Taxa para registro na CVM	R\$82.870,00	0,02%
Taxa ANBIMA	R\$19.500,00	0,00%
SND/CETIP	R\$6.630,00	0,00%
Assessores Legais	R\$200.000,00	0,05%
Agente Fiduciário	R\$30.000,00	0,01%
Agente Escriturador e Banco Mandatário	R\$12.000,00	0,00%
Agência de Classificação de Risco	R\$50.000,00	0,01%
Agências de Publicidade	R\$230.000,00	0,06%
Auditores	R\$150.000,00	0,04%
Prospectos	R\$15.000,00	0,00%
Road Show	R\$40.000,00	0,01%
Custos com Tributos Diretos Incidentes sobre o Comissionamento	R\$130.278,94	0,03%
Outros Custos****	R\$51.000,00	0,01%
Total dos custos	R\$2.577.278,94	0,66%
Montante líquido para a Companhia	R\$387.422.721,06	99,34%

* Os custos indicados acima são meramente indicativos

** Valores arredondados.

*** Incluindo comissionamento dos Coordenadores.

**** Inclui custos com viagens, hospedagem e refeições.

Preço por Debênture (R\$)	Custo por Debênture (R\$)	Custo por Debênture (%)	Montante Líquido para a Companhia (R\$)
10.000,00	R\$664,08	0,66%	R\$387.422.721,06

Plano de Distribuição

A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão das Debêntures pela CVM, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do Anúncio de Início. A subscrição e a integralização das Debêntures observarão os procedimentos previstos no regulamento de operações da CETIP e procedimentos do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.

Anteriormente à obtenção do registro da Oferta na CVM, os Coordenadores realizaram a coleta de intenções de investimento junto a potenciais investidores e disponibilizaram ao público o Prospecto Preliminar da Oferta, que foi precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400.

A colocação das Debêntures será realizada publicamente, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas dos investidores que desejarem subscrever as Debêntures e que apresentaram as melhores propostas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo consideradas como melhores as propostas que apresentaram as menores taxas de remuneração para o investidor, sendo também desejável que a colocação seja realizada de modo a alcançar maior pulverização das Debêntures, para que haja maior liquidez no mercado secundário.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, com expressa anuência da Companhia, conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores.

Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, por preço a ser determinado com base na análise (i) de seu Valor Nominal Unitário atualizado e acrescido da Remuneração, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures; (ii) da taxa de juros praticada pelo mercado à época da efetiva integralização; (iii) do preço de negociação e colocação dos títulos públicos federais que possuam prazos de vencimento semelhantes; e (iv) da percepção de risco de crédito da Emissora. Após a publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures poderão ser revendidas de acordo com parâmetros de mercado, sem previsão de preço mínimo ou máximo. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no SDT e para negociação no mercado secundário no SND, administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no DDA e no Sistema BovespaFix, respectivamente, ambos administrados e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

Modificação, Suspensão ou Cancelamento da Emissão

Mediante manifestação da Emissora e dos Coordenadores, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão na CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Emissão, a Emissora e os Coordenadores poderão pleitear a CVM a modificação dos termos da Emissão.

A revogação ou qualquer modificação da Emissão será imediatamente divulgada por meio do DOESP e do jornal Brasil Econômico, veículos também utilizados para divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Retificação"). Após a publicação do Anúncio de Retificação, o Coordenador Líder somente aceitará ordens de investimento daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Emissão deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Emissão e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos, em até 7 (sete) dias úteis, integralmente aos investidores os valores dados em contrapartida à aquisição das Debêntures, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400. Não haverá dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores na hipótese de revogação de sua aceitação.

Liquidação Financeira

A liquidação financeira das operações de integralização das Debêntures, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á no último dia do Prazo de Colocação das Debêntures (“Data de Liquidação”).

A liquidação financeira dar-se-á por meio de TED e/ou crédito de recursos imediatamente disponíveis, pelos Coordenadores, do valor total obtido com a distribuição das Debêntures, que deverá ser realizado até as 17h30min da Data de Liquidação, em conta de titularidade da Emissora, em conta de titularidade da Emissora, a ser oportunamente informada até a Data de Liquidação.

Cópias do Contrato de Distribuição

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Emissora e dos Coordenadores.

Contrato de Garantia de Liquidez/Estabilização de Preço

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, bem como não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Classificação de Risco

A Emissora contratou a Moody’s para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Emissão. Para mais informações sobre a classificação de risco das Debêntures, ver Súmula de *Rating* anexa na página 163 deste Prospecto.

Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas

Recomenda-se aos investidores que entrem em contato com os Coordenadores para verificar prazos e procedimentos operacionais necessários para a aquisição das Debêntures. Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores em quaisquer dos endereços abaixo indicados:

Coordenador Líder:

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar

CEP: 01310-917, São Paulo, SP

At. Sr. Alfred Dangoor

Telefone: (11) 2178-4800

Fax: (11) 2178-4880

E-mail: alfred@bradescobbi.com.br

Internet: www.bradescobbi.com.br/site/conteudo/banco/corretora_ofertas.aspx - neste *website* selecionar item “Debêntures”, subitem “Bandeirante”. No *website* acessar Prospecto Definitivo”.

Coordenador:

BB - Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas, 105, 36º andar

CEP: 20031-923 – Rio de Janeiro, RJ.

At. Sr. Paulo Francisco Laranjeira Junior

Telefone: (11) 3149-8504

Fax: (11) 3149-8529

E-mail: paulolaranjeira@bb.com.br

Internet: www.bb.com.br/ofertapublica - neste *website* selecionar item “Outros Prospectos”, subitem “Bandeirante Energia - Prospecto Definitivo da 4ª Emissão de Debêntures”

Informações Complementares

Para maiores informações a respeito da Oferta e das Debêntures os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, ou à sede da Emissora, nos endereços abaixo indicados ou aos Coordenadores, no endereço indicado acima:

Emissora

Bandeirante Energia S.A.

Rua Bandeira Paulista, nº 530

CEP: 04532-001

São Paulo - SP

At.: Sr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Telefone: (11) 2185-5001

Fax: (11) 2185-5914

E-mail: miguel.setas@edpbr.com.br

Internet: www.bandeirante.com.br/energia/debentures/prospecto.pdf

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP

Internet: www.cvm.gov.br – neste *website* acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações” e digitar “Bandeirante Energia S.A.” no campo disponível. Em seguida, acessar “Bandeirante Energia S.A.” e, posteriormente, “Prospecto de Distribuição Pública”. No *website*, acessar “download” em 4ª Emissão de Debêntures da Bandeirante Energia S.A.

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, São Paulo, SP

Internet: www.cetip.com.br/informacao_tecnica/prospectos_debentures.asp - neste *website* acessar “Definitivo” na linha Bandeirante Energia S.A.

BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Praça Antônio Prado, nº 48, São Paulo, SP

Internet: www.bmfbovespa.com.br - neste *website* acessar na página inicial “Empresas Listadas” e digitar “Bandeirante Energia S.A.” no campo disponível. Em seguida acessar “Bandeirante Energia S.A.” e, posteriormente, “Informações Relevantes”. Acessar “Prospecto de Distribuição Pública”. No *website* acessar “Prospecto de Distribuição Pública”

Outras Informações

Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua. Dr. Renato Paes De Barros, nº 717, 6º e 10º andares

CEP: 04530-001

At.: Felipe Coimbra Aloí André

Telefone: 011 – 3048-9915

Fac-símile: 011 – 3048-9900

E-mail: felipe@slw.com.br

Banco Mandatário e Escriturador

Banco Bradesco S.A.

Av. Yara, s/n – Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar

CEP: 06029-900 – Osasco - SP

At. Departamento de Ações e Custódia - DAC

Telefone: 3684-4522

Fax: 3684-5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Internet: www.bradesco.com.br

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e Bradesco BBI - Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Companhia e seu conglomerado econômico mantinham as seguintes operações de crédito com o conglomerado econômico de que Bradesco BBI faz parte, tendo as respectivas características:

- Prestação de garantias por meio de 17 Cartas de Fianças Bancárias no montante de aproximadamente R\$ 6 milhões remunerados às taxas entre 2% e 3%. Na tabela abaixo se encontram as características dos contratos celebrados:

Nº Contrato	Valor (R\$)	Emissão	Vencimento
2.037.465	88.734	13/03/2009	17/02/2011
2.037.466	48.618	13/03/2009	17/02/2011
2.037.467	615.774	13/03/2009	17/02/2011
2.037.468	885.030	13/03/2009	17/02/2011
2.037.469	321.498	13/03/2009	17/02/2011
2.037.470	110.831	18/03/2009	17/02/2011
2.037.471	401.975	19/03/2009	17/02/2011
2.037.472	25.470	13/03/2009	17/02/2011
2.037.473	29.548	18/03/2009	17/02/2011
2.037.474	1.389.690	13/03/2009	17/02/2011
2.037.475	87.902	13/03/2009	17/02/2011
2.037.476	379.360	18/03/2009	17/02/2011
2.037.477	2.530	13/03/2009	17/02/2011
2.037.478	68.303	13/03/2009	17/02/2011
2.037.479	61.995	13/03/2009	17/02/2011
2.040.858	258.289	11/09/2009	indeterminado
2.043.999	1.031.077	05/03/2010	indeterminado

- O Banco Bradesco, empresa do conglomerado econômico do Bradesco BBI, presta serviços de:
 - (i) cobrança de títulos para a Companhia no volume de R\$16.914 mil (dezesesseis milhões, novecentos e quatorze mil reais), por meio da liquidação de 2.791 (dois mil, setecentos e noventa e um) títulos, de acordo com informações referentes a abril de 2010;
 - (ii) arrecadação de 140.787 (cento e sessenta mil, setecentos e oitenta e sete) títulos no volume de R\$14.009 mil (quatorze milhões e nove mil reais), de acordo com informações referentes a abril de 2010;
 - (iii) 1.608 (um mil, seiscentos e oito) pagamentos de fornecimento no volume de R\$39.000 mil (trinta e nove milhões de reais), de acordo com informações referentes a abril de 2010; e
 - (iv) recebimento de débito automático no volume de R\$ 7.000 mil (sete milhões), por meio da realização de 40.809 (quarenta mil, oitocentos e nove) transações, de acordo com informações referentes a abril de 2010.
- O Banco Bradesco presta, ainda, serviços de pagamentos via sistema Net Empresa em volume de R\$ 36 milhões (trinta e seis milhões de reais) e 34 (trinta e quatro) transações mês, base abril/2010.
- O Banco Bradesco fornece 273 (duzentos e setenta e três) cartões Hotelcard, 9 (nove) cartões EBTA e 56 (cinquenta e seis) cartões corporativos entre Visa e Mastercard.
- Além disso, a Companhia detém a apólice de seguro de vida, seguro saúde, acidentes pessoais, empresarial, contratados com a Bradesco Seguros, empresa que faz parte do conglomerado econômico de que o Bradesco BBI faz parte. Ainda, a Companhia possui relacionamento com a Bradesco Vida e Previdência com o produto PGBL.

- A Companhia possui aplicações financeiras, lastreadas em CDB e compromissadas, no montante de R\$ 11,0 milhões (onze milhões de reais) e depósito a vista no montante de R\$ 10,6 milhões (dez milhões e seiscentos mil reais), base junho/2010.
- O Bradesco BBI atuou ainda como coordenador líder na distribuição pública secundária de ações ordinárias da EnBr, no montante de R\$ 441.750.000,00, cujo anúncio de encerramento foi publicado em 02 de dezembro de 2009. Nesta operação, o Bradesco BBI recebeu comissionamento líquido de R\$ 5.161,5 mil.

Nos últimos 12 meses, nem o Coordenador Líder, nem empresas do mesmo conglomerado econômico que o Coordenador Líder negociaram valores mobiliários de emissão da Companhia.

Não há conflitos de interesses envolvendo a Companhia, o Coordenador Líder e sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos.

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos por empresas do mesmo conglomerado econômico que o Coordenador à Companhia, ou a nossas controladas.

Além da remuneração referente à presente Oferta especificada na seção “Informações sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Distribuição”, na página 38 deste Prospecto, não há outra remuneração referente à presente Oferta devida pela Companhia ao Coordenador Líder, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração referente à presente Oferta.

Além dos relacionamentos descritos acima, o Bradesco BBI e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico não tinham, na data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento comercial e/ou financeiro relevante com a Companhia. A Companhia poderá contratar no futuro o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias à condução de suas atividades.

Relacionamento entre a Companhia e o BB-BI

Além do relacionamento referente à Emissão, o BB-BI e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora, por meio de operações de banco comercial e/ou banco de investimentos.

A Emissora é usuária dos seguintes serviços prestados pelo BB-BI e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico (Informações base abril/2010):

- (i) serviços de recebimento de contas de energia elétrica contratados em 01/07/1999 e 01/04/2007, com prazos de validade indeterminados;
- (ii) serviços de cobrança de títulos contratados em 20/06/2008, com prazos de validade indeterminados;
- (iii) serviços de fornecimento de 60 unidades de cartões de crédito corporativos, contratados a partir de 20/05/2003, com prazo indeterminado, com anuidade de R\$ 0,00, com limite de crédito no valor de R\$350 mil;
- (iv) prestação de serviços de câmbio desde 11/12/1997, com prazo indeterminado;
- (v) depósitos à vista no valor de R\$ 3.467 mil;
- (vi) serviços de folha de pagamento de fornecedores e salários contratados em 28/12/2008, com prazo de 05 anos;
- (vii) prestação do serviço de administração de garantias dos contratos de compra de energia, conforme novo modelo estabelecido para o setor elétrico pela ANEEL. Consiste na gestão da conta centralizadora dos recursos provenientes da arrecadação e na realização dos pagamentos aos fornecedores (geradoras de energia) das faturas referentes às compras de energia elétrica em ambiente regulado – os contratos, denominados CCEAR (contrato de comercialização em ambiente regulado) tem origem em leilão de energia, realizado pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE). Simultaneamente, foram firmados entre o Banco e a empresa, contratos de Prestação de Serviços, baseados nas obrigações do Banco instituídas no CCEAR, anexo III (CCG – Contrato de Constituição de Garantias). Para a prestação do serviço é cobrada tarifa mensal de R\$ 100,00 por contrato administrado e o prazo de duração do serviço é equivalente ao prazo do CCEAR;
- (viii) serviços de fornecimento de 2.200 unidades de cartões Alimentação e Refeição contratados em 01/05/2005, com prazo indeterminado;
- (ix) empréstimos mediante repasse de recursos ao BNDES no valor de R\$ 35.490 mil, celebrado em 26/12/2007, com vencimento em 15/06/2014, com remuneração de TJLP + 3,30 a.a., com saldo devedor de R\$ 24.241;
- (x) empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 25.000 mil, celebrado em 01/12/2006, com vencimento em 05/12/2013, com remuneração de 105 % do CDI, com saldo devedor de R\$ 24.241 mil; e
- (xi) empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 26.000 mil, celebrado em 08/12/2006, com vencimento em 05/12/2013, com remuneração de 105 % do CDI, com saldo devedor de R\$ 21.700 mil.

Não houve, nos últimos 12 meses, por parte do Coordenador ou de outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% do capital social da Emissora, observado que todas as negociações se deram em condições e valores de mercado.

Nos últimos 12 meses, nem o Coordenador, nem empresas do mesmo conglomerado econômico que o Coordenador participaram de oferta de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos por empresas do mesmo conglomerado econômico que o Coordenador à Companhia, ou a nossas controladas.

O BB-BI e a Companhia não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e a atuação do BB-BI como Coordenador da Oferta.

Além da remuneração referente à presente Oferta especificada na seção “*Informações sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Distribuição*”, na página 38 deste Prospecto, não há outra remuneração referente à presente Oferta devida pela Companhia ao Coordenador Líder.

Além dos relacionamentos descritos acima, o BB-BI e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico não tinham, em 25 de maio de 2010, qualquer outro relacionamento comercial e/ou financeiro relevante com a Companhia. A Companhia poderá contratar no futuro o BB-BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias à condução de suas atividades.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures após o pagamento das despesas e comissões da Oferta será destinada à:

Recomposição de Caixa

A Companhia utilizará R\$ 343,2 milhões dos recursos auferidos com a Oferta com o objetivo de recompor o caixa da empresa, o qual foi utilizado para o pagamento das seguintes dívidas:

- R\$ 90,4 milhões referente ao pagamento efetuado em março de 2010 relativo às debêntures da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia. A 3ª Emissão de Debêntures da Companhia foi realizada em 01 de março de 2006, por meio das qual foram emitidas 25.000 debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, na espécie sem garantias, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00. O vencimento final desta dívida ocorrerá em 1º de março de 2011. Sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios de 104,4%, acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DIs, “over extra grupo”; e
- R\$ 252,8 milhões referente ao pagamento efetuado em maio de 2010 relativo à liquidação de 230 Notas Promissórias. As Notas Promissórias foram emitidas em maio de 2009, de forma cartular e depositadas no Banco Bradesco S.A. O valor de cada Nota correspondia a R\$ 1.000.000,00 e a remuneração devida correspondia à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros, de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, capitalizada de um *spread* correspondente a 1,30% ao ano. A destinação dos recursos obtidos pela emissão das Notas foi o financiamento do capital de giro da Companhia, e o vencimento final de referida dívida se deu em 30 de maio de 2010.

Pagamento Parcial de Dívida

A Companhia utilizará R\$ 39,8 milhões dos recursos auferidos com a Oferta com o objetivo de efetuar os pagamentos das parcelas devidas até dezembro de 2010 dos financiamentos e nos montantes a seguir identificados:

- 4 Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”), sobre as quais incidem juros à razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente e cujo vencimento final dar-se-á em 05 de dezembro de 2013:
 1. R\$ 6,8 milhões referente à parcela vincenda em 05 de dezembro de 2010 da CCB emitida em favor do Banco do Brasil S.A., datada de 05 de dezembro de 2006, no valor de R\$25,0 milhões;
 2. R\$ 7,1 milhões referente à parcela vincenda em 11 de dezembro de 2010 da CCB emitida em favor do Banco do Brasil S.A., datada de 11 de dezembro de 2006, no valor de R\$26,0 milhões;
 3. R\$ 6,8 milhões referente à parcela vincenda em 05 de dezembro de 2010 da CCB emitida em favor do Banco Santander S.A., datada de 05 de dezembro de 2006, no valor de R\$25,0 milhões;
 4. R\$ 7,1 milhões referente à parcela vincenda em 11 de dezembro de 2010 da CCB emitida em favor do Banco Santander S.A., datada de 11 de dezembro de 2006, no valor de R\$26,0 milhões;
- R\$ 12,0 milhões¹ referente aos vencimentos até 31 de dezembro de 2010 do Contrato celebrado com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) firmado em 05 de março de 2004, no montante de US\$ 100.000.000,00, especificamente referente à Tranche “A” no valor de US\$ 38.900.000,00 com vencimento final em 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375%.

Financiamento do Capital de Giro da Companhia

O montante de R\$ 343,2 milhões de recomposição de caixa mencionado anteriormente, bem como R\$ 4,4 milhões dos recursos auferidos com a Oferta será utilizado para Financiamento do capital de giro da Companhia.

¹ Valor em reais a ser liquidado desta dívida, com base na cotação do dólar de 31 de março de 2010 que era R\$1,7810/US\$

FATORES DE RISCO

O investimento nas Debêntures ofertadas envolve alto grau de risco. Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas na Escritura de Emissão e neste Prospecto, e, em especial, os riscos e incertezas mencionados abaixo. As atividades da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa e significativa por quaisquer desses riscos ou outros fatores. Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia atualmente acredita que poderão afetá-la de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos, ou que a Companhia atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.

Informações sobre os Fatores de Risco relativos ao Brasil, ao setor imobiliário e à Companhia encontram-se no Formulário de Referência, exigido pela Instrução CVM 480. Vide seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Companhia, cujo acesso está indicado na página 5 deste Prospecto.

Riscos Relativos às Debêntures

As obrigações da Emissora constantes na Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão deverão ser declaradas antecipadamente vencidas e deverá ocorrer o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*. Não há garantias de que a Companhia disporá de recursos suficientes em caixa para, no caso de vencimento antecipado das Debêntures, fazer face ao respectivo pagamento. Neste caso, a Emissora poderá ter dificuldades em obter recursos financeiros suficientes para realizar o pagamento das Debêntures, hipótese em que poderá sofrer um impacto negativo relevante em seus resultados e operações. Para maiores informações, vide seção “Informações Sobre a Oferta – Vencimento Antecipado”, na página 33 deste Prospecto.

Validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP caso se faça necessária a cobrança judicial das Debêntures (Súmula 176 do Superior Tribunal de Justiça).

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 176, declarando ser “nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP”. As Debêntures serão remuneradas com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI, divulgada diariamente pela CETIP. Apesar da referida súmula não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada. Caso o Poder Judiciário considere inválida a utilização da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures, o índice que vier a ser indicado para substituir a Taxa DI poderá conceder aos titulares das Debêntures uma remuneração inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Debêntures.

A Espécie das Debêntures é Subordinada.

As Debêntures são subordinadas não contando com nenhuma garantia. Em caso de liquidação da Companhia, os créditos das Debêntures serão liquidados com preferência apenas sobre os créditos dos acionistas, após o pagamento de todos os nossos demais credores.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI, hipótese em que a totalidade das Debêntures será cancelada antecipadamente, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração. Os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das Ofertas e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. A classificação de risco atribuída a esta Oferta baseia-se na condição e nas informações quando da respectiva Oferta. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos seus subscritores sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures podem ter dificuldade em realizar a venda das Debêntures no mercado secundário.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures.

No contexto da Oferta, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá resultar em má formação da taxa final da remuneração das Debêntures, assim como poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive na seção “Fatores de Risco”, na página 46 deste Prospecto.

Nossas estimativas e declarações acerca do futuro estão baseadas, em grande parte, nas expectativas atuais e estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar os nossos negócios, condição financeira, os nossos resultados operacionais ou projeções, liquidez e o preço das nossas ações. Embora acreditemos que as estimativas e declarações acerca do futuro encontram-se baseadas em premissas razoáveis, tais estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições, e são feitas com base em informações de que atualmente dispomos.

Nossas estimativas e declarações acerca do futuro podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- os efeitos da crise financeira e econômica internacional no Brasil;
- conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e, em especial, nos mercados geográficos em que atuamos;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações das tarifas de energia elétrica;
- interrupções do fornecimento de energia elétrica;
- interrupção ou perturbação potenciais em nossos serviços;
- a extinção antecipada das nossas concessões pelo Poder Concedente;
- aumento da concorrência no setor elétrico brasileiro;
- alterações na demanda de energia elétrica por consumidores e aumento da inadimplência por parte dos consumidores;
- habilidade de controlar perdas de energia (técnicas e comerciais);
- nossa capacidade de encontrar ativos adequados para investimento;
- não implementação integral de nossas estratégias de negócios;
- nossa capacidade de competir com êxito e dirigir os nossos negócios no futuro;
- nossa capacidade de contratar novos financiamentos, executar o nosso plano de investimento;
- nossa capacidade de obter mão de obra, materiais e serviços de fornecedores sem interrupção e a preços razoáveis;
- nossa capacidade de acessar o mercado de capitais ou financeiro em condições favoráveis;
- alterações das condições econômicas, dos negócios e políticas no Brasil, tais como da taxa de crescimento econômico, nível de desemprego, crescimento populacional e confiança do consumidor, da inflação, da taxa de juros, da taxa de câmbio, dos tributos, das tarifas de importação e do ambiente regulatório;
- alterações nas leis e regulamentos aplicáveis ao setor elétrico, bem como de incentivos fiscais;

- as condições de infra-estrutura no Brasil;
- concorrência no setor elétrico no Brasil como um todo e particularmente em nossas áreas de atuação;
- outros fatores que podem afetar nossas condições financeiras, liquidez e resultados de nossas operações; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco”, na página 46 deste Prospecto.

As palavras “acreditamos”, “entendemos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos”, “buscamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas e declarações acerca do futuro incluem informações sobre nossos resultados e projeções, nossa estratégia, nossos planos de captação de recursos, nossa posição competitiva, oportunidades potenciais de crescimento, os efeitos futuros de novas regulamentações do setor e os efeitos de competição. Estas estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas, inclusive em virtude dos fatores mencionados acima, e não consistem em garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Além do relacionamento referente à Oferta, os Coordenadores da Oferta mantêm o relacionamento com a Companhia, detalhado na seção “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta” na página 42 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Distribuição” na página 38 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, aos Coordenadores da Oferta ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os administradores da Companhia, com base em análise dos seus indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa, entendem que a Companhia possui condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo, incluindo as Debêntures.

A Companhia pretende pagar o montante principal da dívida de curto e longo prazo descrito na seção “Capitalização” na página 52 deste Prospecto, inclusive as Debêntures, e os respectivos juros, com recursos provenientes da geração operacional de caixa.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos anos de 2007, 2008 e de 2009, bem como em 31 de março de 2010, estão descritos na tabela a seguir:

Descrição da Conta	2009	2008	2007	Mar/10
Caixa Líquido Atividades Operacionais	471.494	420.446	615.426	142.693
Caixa Gerado nas Operações	567.466	498.348	489.538	116.210
Lucro líquido do exercício	241.906	205.716	240.918	61.738
Consumidores e concessionárias	49.320	35.500	34.512	7.408
Impostos e contrib. sociais diferidos	44.621	73.976	28.461	8.509
Depreciações e amortizações	84.079	87.638	87.723	20.900
Bens e direitos ativo permanente baixado	8.771	3.394	1.967	3.001
Despesas pagas antecipadamente e CVA	-4.760	237	-19.066	-1.226
Fornecedores	14.303	-7.291	-14.168	0
Empréstimos.financ.e encargos de dívidas	56.951	71.440	89.102	14.987
Benefícios pós emprego	-7.663	-11.765	-1.572	-1.221
Devolução tarifária	37.453	0	0	0
Encargos regulamentares e setoriais	23.102	23.622	24.887	6.117
Provisões para contingências	4.076	19.046	6.084	5.105
Cauções e dep.vinc. - atual. monet	14.637	-1.849	0	-13.575
Provisão p/ crédito liq. duvidosa	0	0	11.260	0
Impostos e contribuições compensáveis	0	-1.316	0	4.769
Outros	670	0	-570	-302
Variações nos Ativos e Passivos	-95.972	-77.902	125.888	26.483
Consumidores e concessionárias	-121.410	-49.570	28.852	-6.687
Impostos e contribuições compensáveis	-40.420	17.765	3.226	38.018
Estoques	-5.001	-693	-257	-1.762
Cauções e depósitos vinculados	15.873	-23.683	-2.813	-5.887
Despesas pagas antecipadamente e CVA	38.508	3.702	167.430	35.634
Outros créditos	-20.371	-54.951	-3.558	-5.405
Fornecedores	15.190	4.390	13.501	-19.493
Impostos e contrib. sociais correntes	40.206	-7.858	-23.565	-3.503
Obrigações estimadas com pessoal	1.034	-13	-5.998	2.564
Devolução tarifária	-9.363	3	0	-9.364
Provisões para contingências	-4.858	-5.822	0	-2.424
Outras obrigações	-5.360	38.828	-50.930	4.792
Outros	0	0	0	0
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-137.603	-134.768	-153.730	-21.855
Adições ao imob. tangível e intangível	-147.565	-160.089	-173.498	-23.326
Obrigações vinculadas a concessão	9.962	25.321	19.768	1.471
Caixa Líquido Atividades Financiamento	-125.251	-398.251	-301.951	-100.568
Partes relacionadas	-169	227	-11.631	323
Dividendos pagos	-240.255	-309.046	-43.567	0
Emprést.financ. e debêntures - ingressos	340.562	75.285	66.880	2.262
Emprést.financ. e encar. dívidas - pagos	-225.389	-164.717	-313.633	-103.153
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	208.640	-112.573	159.745	20.270
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	129.091	241.664	81.919	337.731
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	337.731	129.091	241.664	358.001

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir exibe informações sobre o endividamento da Emissora e sua capitalização total em 31 de março de 2010, e o endividamento ajustado para descrever o efeito *pro forma* da Emissão²:

	março/2010	% sobre Capitalização Total	ajustado março/2010	% sobre Capitalização Total
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	308.447	23,58%	15.847	1,13%
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	218.507	16,70%	218.507	15,54%
Debêntures – curto prazo	83.497	6,38%	83.497	5,94%
Debêntures – longo prazo	0	0%	390.000	27,74%
Total do Endividamento	610.451	46,66%	707.851	50,36%
Patrimônio Líquido	697.864	53,34%	697.864	49,64%
Capitalização Total	1.308.315	100%	1.405.715	100%

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

² Os valores apresentados na tabela referem-se ao Balanço Patrimonial – Passivo.

3. ANEXOS

- Formulário de Referência
- Ata da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2010
- Ata de Reunião de Diretoria realizada em 28 de junho de 2010
- Ata da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 8 de julho de 2010
- Ata de Reunião de Diretoria realizada em 8 de julho de 2010
- Estatuto Social
- Escritura de Emissão
- Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão
- Segundo Aditamento à Escritura de Emissão
- Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Súmula de *Rating*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Formulário de Referência

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

O Formulário de Referência previsto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o qual foi arquivado junto à CVM na data deste Prospecto, encontra-se disponibilizado nos links abaixo:

- www.bandeirante.com.br (neste website acessar “Investidores” e, ao ser redirecionado para a página “<http://energiasdobrasil.infoinvest.com.br/>”, acessar o link “Informações Financeiras” e acessar o link “Arquivos CVM”, em seguida acessar o link “EDP Bandeirante” e selecionar “Formulário de Referência”);
- www.cvm.gov.br <<http://www.cvm.gov.br/>> (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “Bandeirante” e selecionar “Formulário de Referência - Em arquivo”); e
- www.bmfbovespa.com.br (neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “Bandeirante”, clicar em “Bandeirante” clicar na aba “Informações Relevantes” e selecionar “Formulário de Referência - Em arquivo”).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.153.235

CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06

**ATA DA 138ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 26 de maio de 2010, às 10:00 horas, na sede social da Bandeirante Energia S.A. ("Companhia"), na Rua Bandeira Paulista, 530 - 14º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **PRESENÇA:** A reunião do Conselho de Administração foi instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Dr. Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu, do Vice-Presidente do Conselho de Administração Dr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas, e dos Conselheiros Drs. Luiz Otavio Assis Henriques, Miguel Dias Amaro e Arnaldo Benzi Sacconi.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Dr. Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu, que escolheu a Dra. Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti para secretária-lo.
4. **ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente esclareceu que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre: (i) aprovar a 4ª emissão de debêntures da Companhia; e (ii) autorizar a Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da 4ª emissão de debêntures, ratificando os atos praticados até a presente data pela Diretoria com tal finalidade.
5. **DELIBERAÇÕES:** Após discussão e prestados os devidos esclarecimentos, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer restrições:
 - 5.1 Aprovaram a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, nominativas, escriturais, em série única, com as seguintes características e condições (as "Debêntures" e a "4ª Emissão"): (a) **Valor Total da 4ª Emissão:** O valor total da 4ª Emissão será de R\$ 390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais); (b) **Número de Séries:** A 4ª Emissão será realizada em série única; (c) **Quantidade de Títulos:** Será emitido o limite máximo de 39.000 (trinta e nove mil) Debêntures; (d) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será em 1º de julho de 2010 (a "Data de Emissão"); (e) **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário"); (f) **Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; (g) **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados; (h) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada; (i) **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures



terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contado da Data de Emissão, vencendo em 1º de julho de 2016 ("Data de Vencimento"); **(j) Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (j.1) As Debêntures serão distribuídas no prazo de até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de distribuição da 4ª Emissão ("Prazo de Distribuição"); (j.2) Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a 4ª Emissão somente será concluída em havendo a subscrição e integralização do total das Debêntures distribuídas durante o Prazo de Distribuição; (j.3) As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (j.3.1) no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e no SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (j.3.2) no DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e no Sistema BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA; **(k) Prazo e Formas de Subscrição e Integralização:** As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo dentro do Prazo de Distribuição com integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP; **(l) Amortização:** As Debêntures serão objeto de amortizações do principal semestrais e sucessivas, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês; (l.1) O valor de cada uma das parcelas de amortização será equivalente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures; **(m) Remuneração:** As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão e pagos ao final de cada intervalo de tempo entre duas datas previstas para o pagamento da Remuneração, conforme determinadas abaixo; (m.1) A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding*, observada a taxa máxima de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano (a "Taxa DI") (a "Remuneração"); (m.2) O percentual da Taxa DI que será aplicável à remuneração definitiva das Debêntures, conforme fixada em procedimento de *bookbuilding*, será ratificada em reunião da Diretoria da Companhia, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Brasil Econômico, edição nacional; **(n) Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** Semestral, a partir da Data de Emissão,



no dia 1º, nos meses de julho e janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de janeiro de 2011 e o último pagamento em 1º de julho de 2016; (o) **Encargos Moratórios e Multa:** Sem prejuízo da possibilidade de vencimento antecipado previsto a seguir, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos do item “m” acima e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (p) **Vencimento Antecipado:** (p.1) Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático: observado o disposto nos itens a seguir e o prazo de carência do item (p.1.1) a seguir em relação ao evento nele previsto, serão declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes à 4ª Emissão e exigido da Companhia o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (p.1.1) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 02 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento; (p.1.2) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido pela Companhia, no prazo legal; (p.1.3) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (p.1.4) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Companhia ou de sua controladora direta; (p.1.5) proposta de plano de recuperação extrajudicial pela Companhia a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou o ingresso da Companhia em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (p.1.6) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; ou (p.1.7) transformação da Emissora em sociedade limitada. (p.2) Hipóteses de Vencimento Antecipado por deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas: poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes à 4ª Emissão, após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures e exigido da Companhia o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, exceto se o contrário decidirem os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, nas seguintes hipóteses: (p.2.1) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista na escritura da 4ª Emissão, exceto as demais hipóteses previstas no item “p.1” acima, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data do inadimplemento; (p.2.2) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Companhia, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo, igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia



na escritura da 4ª Emissão; (p.2.3) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Companhia, conforme definido no artigo 116 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Companhia; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (p.2.4) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura da 4ª Emissão, no contrato de distribuição e/ou nos demais documentos de oferta pública; (p.2.5) descumprimento pela Companhia da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano; sendo o EBITDA referente ao período de apuração de 12 (doze) meses anteriores à data da apuração; (p.2.5.1) para a apuração dos referidos índices, "Dívida Bruta" representa a dívida financeira total subtraída dos empréstimos regulatórios do BNDES; "EBITDA" é o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização; (p.2.6) protestos de títulos contra a Companhia, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), salvo se (p.2.6.1) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (p.2.6.2) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (p.2.6.3) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; (p.2.7) alienação de controle acionário direto da EDP - Energias do Brasil S.A. que acarrete uma redução da classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, exceto se (i) a EDP – Energias de Portugal S.A., direta ou indiretamente, remanescer como detentora do maior número de ações com direito a voto da EDP – Energias do Brasil S.A. e mantiver, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, a maioria do Conselho de Administração da EDP – Energias do Brasil S.A. com direito a voto da EDP – Energias do Brasil S.A.; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; **(q) Repactuação:** As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada; **(r) Resgate Antecipado Facultativo:** Não haverá resgate antecipado das Debêntures, exceto na hipótese de não concordância de titulares de Debêntures representando 2/3 das Debêntures em circulação acerca do novo parâmetro de remuneração quando da ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos ou extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI ou de seu substituto, na forma prevista na escritura da 4ª Emissão; **(s) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA e/ou pelo banco mandatário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas no SND ou no BOVESPAFIX; **(t) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as



Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso, acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação; e

5.2 Autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da 4ª Emissão de Debêntures, podendo, inclusive, ratificar o percentual da Taxa DI que será aplicável à remuneração definitiva das Debêntures, conforme fixada em procedimento de *bookbuilding*, contratar serviços e celebrar os respectivos contratos em termos e condições que julgar adequados ao interesse da Companhia, ficando, desde já, ratificados todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria da Companhia com tal finalidade.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros. **Presidente da Mesa:** Dr. Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu. **Secretária da Mesa:** Dra. Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti. **Conselheiros:** Drs. Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu; Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas; Miguel Dias Amaro; Luiz Otavio Assis Henriques; e Arnaldo Benzi Sacconi.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.


Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti
Secretária da Mesa



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata de Reunião de Diretoria realizada em 28 de junho de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
NIRE 35.300.153.235
CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

Data: 28.06.2010

Hora: 11:30 horas

Local: Sede da Sociedade – Rua Bandeira Paulista, 530 – 13º andar – São Paulo - SP

Presentes: Sr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas – Diretor-Presidente e de Relações com Investidores, Sr. Francisco Alfredo Fernandes – Diretor Técnico e Sr. Mauricio Alberto Gonella Santos Pereira – Diretor Comercial, ambos por teleconferência.


Ausente justificadamente:

Sr. João José Gomes de Aguiar – Diretor de Sustentabilidade

Mesa: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas que escolheu o Sr. Fábio William Loreti para secretariá-lo.

Ordem do dia: O Sr. Presidente informou a todos que a presente reunião tinha por finalidade ratificar a taxa final para cálculo da remuneração das debêntures da quarta emissão para distribuição pública da Companhia.

Deliberações: A Diretoria ratificou, pela unanimidade dos presentes, a taxa final para cálculo da remuneração das debêntures da quarta emissão para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Oferta", respectivamente), conforme definida no procedimento de *bookbuilding* conduzido pelas instituições financeiras responsáveis pela Oferta para coleta de intenções de investimento nas Debêntures em diferentes níveis de remuneração, de forma que as Debêntures farão jus à remuneração correspondente a 1,50% (um vírgula cinquenta centésimos por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano ("Remuneração"), a qual é igual à taxa máxima de 1,50% (um vírgula cinquenta centésimos por cento) aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de maio de 2010. A Remuneração será calculada nos termos da *"Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A."*, celebrada entre a Companhia e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., em 08 de junho de 2010, que será objeto de aditamento para refletir a presente deliberação. Esta ata de Reunião de Diretoria deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Brasil Econômico, edição nacional.



ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Diretores presentes. **Presidente da Mesa:** Dr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas. **Secretário da Mesa:** Dr. Fábio William Loreti. **Diretores:** Drs. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas; Mauricio Alberto Gonella Santos Pereira; e Francisco Alfredo Fernandes.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original



Fábio William Loreti
Secretário da Mesa

-
- Ata da Reunião de Conselho Administrativo da Companhia realizada em 8 de julho de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
NIRE 35.300.153.235
CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA RERRATIFICAÇÃO

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 08 de julho de 2010, às 17:00 horas, na sede social da Bandeirante Energia S.A. ("Companhia"), na Rua Bandeira Paulista, 530 - 14º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. PRESENÇA: A reunião do Conselho de Administração foi instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Dr. Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu, por teleconferência, do Vice-Presidente do Conselho de Administração Dr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas e dos Conselheiros Drs. Luiz Otavio Assis Henriques, Miguel Dias Amaro e Arnaldo Benzi Sacconi.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Dr. Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu que escolheu a Dra. Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti para secretária-lo.

4. ORDEM DO DIA: O Sr. Presidente esclareceu que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre: (i) retificar o item "m" da Ata da 138ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2010, referentes à remuneração das debêntures da quarta emissão da Companhia ("Debêntures"); (ii) ratificar os demais termos da Ata da 138ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2010; e (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização do "Segundo Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.".

5. DELIBERAÇÕES: Após discussão e prestados os devidos esclarecimentos, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer restrições, decidiram:

5.1. Aprovar a retificação do item "m" da Ata da 138ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2010, que passa a ter a seguinte redação: "(m) A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI")", conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, imediatamente, após a primeira Data de Amortização das Debêntures, ao Saldo do Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.", celebrada entre a



Companhia e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., em 8 de junho de 2010 e aditada em 28 de junho de 2010 ("Remuneração")."

5.2. Ratificar os demais termos da Ata da 138ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2010.

5.3. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização do "Segundo Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.", celebrada entre a Companhia e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., em 8 de junho de 2010 e aditada em 28 de junho de 2010, no sentido de refletir a retificação do item 5.1 acima.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros. Os votos proferidos pelos Conselheiros nos termos do parágrafo primeiro do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia serão juntados ao livro próprio logo após a transcrição da presente ata. **Presidente da Mesa:** Dr. António Manuel Barreto Pita de Abreu. **Secretária da Mesa:** Dra. Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti. **Conselheiros:** Drs. António Manuel Barreto Pita de Abreu; Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas; Miguel Dias Amaro; Luiz Otavio Assis Henriques; e Arnaldo Benzi Sacconi.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.


Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti

Secretária da Mesa

-
- Ata de Reunião de Diretoria realizada em 8 de julho de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
NIRE 35.300.153.235
CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06

ATA DE RETIFICAÇÃO DE REUNIÃO DE DIRETORIA

Data: 08.07.2010

Hora: 17:30 horas

Local: Sede da Sociedade – Rua Bandeira Paulista, 530 – 13º andar – São Paulo - SP

Presentes: Dr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas – Diretor-Presidente e de Relações com Investidores, Dr. Francisco Alfredo Fernandes – Diretor Técnico e Dr. Mauricio Alberto Gonella Santos Pereira – Diretor Comercial.

Ausente justificadamente:

Dr. João José Gomes de Aguiar – Diretor de Sustentabilidade

Mesa:

Assumiu a presidência dos trabalhos o Dr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas que escolheu a Dra. Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti para secretária-lo.

Ordem do dia: O Sr. Presidente esclareceu a todos que a presente reunião tinha por finalidade retificar a ata de Reunião de Diretoria realizada em 28 de junho de 2010, referente à ratificação da taxa final para cálculo da remuneração das debêntures da quarta emissão da Companhia.

Deliberações:


1. A Diretoria decidiu, por unanimidade, retificar a ata de Reunião de Diretoria realizada em 28 de junho de 2010, referente à ratificação da taxa final para cálculo da remuneração das Debêntures, cuja deliberação passa a ter a seguinte redação: "A Diretoria ratificou, por unanimidade dos presentes, a taxa final para cálculo da remuneração das debêntures da quarta emissão para distribuição pública da Companhia ("Debêntures" e "Oferta", respectivamente), conforme definida no procedimento de *bookbuilding* conduzido pelas instituições financeiras responsáveis pela Oferta para coleta de intenções de investimento nas Debêntures em diferentes níveis de remuneração, de forma que as Debêntures farão jus à remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI")", conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, imediatamente, após a primeira Data de Amortização das Debêntures, ao Saldo do Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia



S.A.", celebrada entre a Companhia e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., em 8 de junho de 2010 e aditada em 28 de junho de 2010 ("Remuneração")." Esta ata de Reunião de Diretoria deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Brasil Econômico, edição nacional.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Diretores presentes. **Presidente da Mesa:** Dr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas. **Secretária da Mesa:** Dra. Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti. **Diretores:** Dr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas, Maurício Alberto Gonella Santos Pereira e Francisco Alfredo Fernandes.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original


Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti
Secretária da Mesa

-
- Estatuto Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Prazo e Objeto

Artigo 1º A **BANDEIRANTE ENERGIA S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º A Companhia tem por objeto:

(a) a exploração de serviços públicos de energia elétrica, podendo estudar, planejar, projetar, desenvolver, construir e explorar os respectivos sistemas, bem como prestar serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser delegados, e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos;

(b) gerir ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades, bem como estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia;

(c) prestar quaisquer serviços, de natureza pública ou privada, correlatos à gestão de ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades; e

(d) contribuir para a preservação do meio ambiente no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e das Ações

Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$254.628.684,49 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta

e nove centavos), dividido em 39.091.735.037 (trinta e nove bilhões, noventa e um milhões, setecentos e trinta e cinco mil e trinta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Terceiro A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais.

CAPÍTULO III

Das Assembléias Gerais

Artigo 6º A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, representado pelo seu Presidente, por seu Vice-Presidente ou por 2 (dois) dos seus membros em conjunto, ou ainda de acordo com as demais disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembléia designar o secretário.

Artigo 7º O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Artigo 8º As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por sua acionista, devendo ser lavrada Ata no competente Livro.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Das Disposições Gerais

Artigo 9º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Artigo 10 O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 11 A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembléia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Artigo 12 Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Do Conselho de Administração

Artigo 13 O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros, e igual número de suplentes, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro A Assembléia Geral determinará previamente à eleição, o número de membros do Conselho de Administração da Companhia em cada exercício.

Parágrafo Segundo Será assegurada a eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração a ser indicado pelos empregados da Companhia.

Parágrafo Terceiro Na hipótese de os empregados mencionados no Parágrafo Segundo acima não elegerem o membro do Conselho de Administração na forma que lhes é assegurada, será deliberado se referido cargo permanecerá vago ou se será eleito o

membro que ocupará esse cargo juntamente com os demais membros eleitos na forma da legislação societária aplicável.

Parágrafo Quarto No caso de ausência ou impedimento temporário ou definitivo, de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, este poderá nomear outro membro do Conselho de Administração para representá-lo nos termos do parágrafo segundo do artigo 16 do presente Estatuto, ou poderá ser substituído pelo respectivo suplente, em todos os poderes e atribuições inerentes ao cargo.

Parágrafo Quinto Em caso de impedimento definitivo tanto do Conselheiro efetivo como do respectivo suplente, poderá ser convocada uma Assembléia Geral para preenchimento dos cargos vagos no Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto Para os efeitos dos parágrafos quarto e quinto, supra, a cada membro efetivo deverá corresponder um suplente específico.

Artigo 14 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 15 As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente, por seu Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros em conjunto, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único Independentemente das formalidades previstas no “caput”, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 16.

Artigo 16 As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Segundo No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá nomear outro membro para

representá-lo, caso em que, em se tratando de ausência temporária, o membro assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões do Conselho de Administração em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado. A nomeação deverá ser expressamente aceita pelo membro nomeado, bem como notificada ao Presidente do Conselho de Administração. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, por correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 17 As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do Artigo 16, Parágrafo Segundo, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Artigo 18 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

Parágrafo Primeiro Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 16, Parágrafo Segundo in fine deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19 Compete ao Conselho de Administração:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

- (b)** eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto Social;
- (c)** fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- (d)** convocar a Assembléia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (e)** manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembléia Geral Ordinária;
- (f)** estabelecer os limites e valores de alçada da Diretoria para aquisição, alienação ou oneração de direitos, bens móveis ou imóveis, incluindo participações societárias, bem como a contratação de bens e serviços, de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia em favor de terceiros e de outras obrigações pela Companhia;
- (g)** deliberar sobre qualquer negócio entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, acionista direto ou acionistas indiretos;
- (h)** escolher e destituir auditores independentes;
- (i)** deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- (j)** submeter à Assembléia Geral propostas de aumento de capital, bem como de reforma do Estatuto Social;
- (k)** deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição;
- (l)** deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;
- (m)** aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia;

(n) autorizar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(o) autorizar a emissão de notas promissórias (commercial papers) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(p) propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;

(q) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e das demais disposições legais aplicáveis; e

(r) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 20 O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de Comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, compostos por integrantes dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo Único Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Da Diretoria

Artigo 21 A Diretoria será composta por até 4 (quatro) membros, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, que terão as seguintes designações, sendo autorizada a cumulação de funções por um mesmo Diretor: (i) **Diretor Presidente e de Relações com Investidores**; (ii) **Diretor Técnico**; (iii) **Diretor Comercial**; e um (iv) **Diretor de Sustentabilidade**.

Artigo 22 Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar,

sacar e avaliar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Diretor Presidente e de Relações com Investidores:

(i) executar e fazer executar as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas estabelecidas neste Estatuto Social; (iii) definir as competências dos demais membros da Diretoria nas áreas não especificadas neste Estatuto “ad referendum” do Conselho de Administração; (iv) coordenar e promover a política de representação institucional da Companhia nas suas relações com o mercado, a imprensa e autoridades governamentais; (v) encaminhar ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório de Administração; (vi) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar necessários; (vii) coordenar a aplicação das políticas e diretrizes de recursos humanos da Companhia quanto à admissão e demissão, desenvolvimento profissional, remuneração e incentivos; (viii) coordenar as atividades de natureza jurídica da Companhia; (ix) coordenar as atividades relacionadas à comunicação, imagem, propaganda e marketing da companhia; (x) definir as políticas de compras, infra-estrutura, tecnologia da informação, planejamento econômico-financeiro e tributário da Companhia; (xi) elaborar o Orçamento, o Plano de Investimentos e o Plano de Negócios da Companhia; (xii) gerir os serviços de Contabilidade e Tesouraria, incluindo a contratação de empréstimos, financiamentos e suas aplicações e elaboração dos fluxos de caixa da Companhia; (xiii) coordenar e gerir os procedimentos de recursos humanos e as relações com o mercado de capitais; (xiv) coordenar a realização dos estudos de revisões e reajustes tarifários; (xv) assegurar a representação da empresa junto a entidades de regulação nacional e estadual; (xvi) elaborar procedimentos internos para assegurar o cumprimento de exigências regulatórias; e (xvii) garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade.

Parágrafo Segundo - Compete ao Diretor Técnico: (i) definir as políticas de planejamento, operação, manutenção e modernização dos sistemas de energia e de investimentos; (ii) coordenar o planejamento do sistema de distribuição e da sua operação e manutenção; (iii) coordenar a prospecção e o desenvolvimento de novos negócios, bem como de projetos de pesquisa e desenvolvimento; (iv) acompanhar a realização de auditorias técnicas, ambientais e de segurança; (v) acompanhar e apoiar a contratação e gestão de contratos com fornecedores e prestadores de serviços; (vi) definir os projetos de Subestações e Linhas de Transmissão, bem como dos sistemas de automação e controle; (vii) coordenar a programação e operação dos sistemas de energia e controle da qualidade dos produtos, serviços e funcionamento das instalações da Companhia; (viii) promover a implementação e execução do Plano de Negócios da Companhia; (ix) definir as políticas de atendimento técnico a consumidores e dos sistemas de medição de energia; (x) gerir o fornecimento de suporte tecnológico aos usuários, o planejamento de compras, a administração dos almoxarifados; (xi) gerir a execução de estudos, projetos e obras de atendimento a clientes

e dos sistemas de mediação de energia; **(xii)** gerir a execução de obras e a manutenção de redes, linhas, subestações e sistemas de comando, controle e proteção e acompanhar seu cronograma físico financeiro; e **(xiii)** garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade.

Parágrafo Terceiro - Compete ao **Diretor Comercial**: **(i)** definir as estratégias de mercado, de atendimento a grandes clientes, dos sistemas comerciais e de serviços e perdas comerciais; **(ii)** acompanhar o planejamento energético e, de forma geral, as atividades de compra e venda de energia, contabilização e liquidação de energia; **(iii)** definir o planejamento em marketing e normalização comercial; **(iv)** coordenar o desenvolvimento de projetos de otimização comercial e a implementação e manutenção de sistemas comerciais; **(v)** assegurar adequados níveis de leitura, faturamento e arrecadação comercial; **(vi)** assegurar adequados níveis de performance no atendimento comercial; **(vii)** padronizar, otimizar e monitorar os processos comerciais, identificando novas oportunidades de negócios; **(viii)** coordenar a realização dos programas de eficiência energética e de combate as perdas comerciais; **(ix)** gerir o *call center* e o Programa de Eficiência Energética; e **(x)** garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade.

Parágrafo Quarto - Compete ao **Diretor de Sustentabilidade**: **(i)** apoiar o Diretor Presidente na promoção da política de representação institucional, nas relações com o mercado, imprensa e autoridades governamentais; **(ii)** apoiar o Diretor Presidente na representação da empresa junto a entidades de regulação nacional e estadual; **(iii)** promover, juntamente com o Diretor Presidente, as políticas corporativas e os princípios de desenvolvimento sustentável; e **(iv)** apoiar o Diretor Presidente na promoção e aplicações das políticas de ética, em particular, assegurando o relacionamento com o Comitê e Provedor de Ética do Grupo.

Artigo 23 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá nomear outro Diretor para representá-lo nas reuniões, caso em que, Diretor assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor- Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico entregue ao Diretor Presidente.

Parágrafo Segundo Ocorrendo vaga na Diretoria, compete aos demais Diretores indicar, entre os mesmos, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Terceiro As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

Parágrafo Quarto Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 23, Parágrafo Primeiro in fine deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 24 As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 23, Parágrafo Primeiro, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Artigo 25 A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

(a) por 2 (dois) Diretores em conjunto;

(b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído;

(c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; e

(d) por 1 (um) só Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos:

(i) de representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, bem como nas Assembléias ou Reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante;

(ii) de endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia; e

(iii) de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho; para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados; e para acordos trabalhistas.

Parágrafo Primeiro As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no parágrafo segundo deste artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

Parágrafo Segundo As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 26 A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Lucros e Dividendos

Artigo 27 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 28 O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

(a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída ao acionista como dividendo anual mínimo obrigatório;

(c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral com base na proposta da Administração, conforme o disposto nos Artigo 176, parágrafo 3º e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, parágrafo 4º da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais ao seu acionista.

Parágrafo Único Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição de seu acionista, prescreverão em benefício da Companhia.

Artigo 29 A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares. Os dividendos intermediários e intercalares previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 30 A Companhia poderá pagar ao seu acionista juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo Único Revertem em favor da Companhia os juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição de seu acionista.

CAPÍTULO VII

Da Liquidação

Artigo 31 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 32 O acionista da Companhia, que figure como interveniente do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, fica obrigado a não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar as ações de controle, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da referida Agência, exceto na medida em que mantenham, em sua propriedade, pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do total de ações ordinárias da Companhia.

Estatuto Social Consolidado na AGOE de 09.04.2007 e com última alteração em 29.01.2010.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
EM SÉRIE ÚNICA, DA BANDEIRANTE ENERGIA S.A.**

ENTRE

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.
como Emissora,

E

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datado de

8 de junho de 2010.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BANDEIRANTE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Rua Bandeira Paulista, nº 530, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 02.302.100/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”);

CLÁUSULA I

AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 26 de maio de 2010 ("RCA"), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, nominativas, escriturais, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 400”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

2.1.1. A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 02 de junho de 2010, sob o número 189.022/10-3, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no Brasil Econômico, edição nacional em 8 de junho de 2010.

my

[illegible]

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 105–112

participar em

li

my

EDP
Diretoria

3.2. Número de Emissão

3.2.1. A presente Escritura contempla a 4ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1.8 a seguir.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures após o pagamento das despesas e comissões da Oferta será destinada à recomposição de caixa, ao pagamento parcial de dívidas e ao financiamento do capital de giro da Companhia.

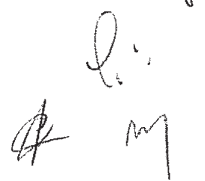
3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, no montante de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais), de forma individual e não-solidária prestada pelo Banco Bradesco BBI S.A. e pelo BB – Banco de Investimento S.A. (“Coordenadores”), conforme os termos e condições estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, em Regime de Garantia Firme, da Bandeirante Energia S.A. (“Contrato de Distribuição”) celebrado na presente data entre a Emissora e os Coordenadores.

3.5.2. O plano de distribuição a ser elaborado pelos Coordenadores, nos termos do § 3º do Artigo 33 da Instrução CVM 400, levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, ao elaborarem o plano de distribuição, deverão, adicionalmente, assegurar (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos (conforme definido na Cláusula 9.2 abaixo) para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

3.5.3. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo, nos termos da Instrução CVM 400.

3.5.4. O prazo máximo para colocação pública das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Distribuição”), sendo que o exercício da garantia firme outorgada pelos Coordenadores será em até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Garantia Firme”). O prazo de subscrição das Debêntures pelos investidores encerra-se na data limite do Prazo de Garantia Firme.



3.5.5. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

3.5.6. Será realizada coleta de intenção de investimentos (“Procedimento de Bookbuilding”), sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de aquisição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração.

3.6. Limite Legal

3.6.1. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 60 da Lei das Sociedade por Ações, à Emissão das Debêntures da espécie subordinadas não se aplicam os limites estabelecidos nesse artigo.

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

3.7.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário e Escriturador”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido a seguir) (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 39.000 (trinta e nove mil) Debêntures.

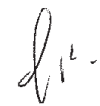



4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

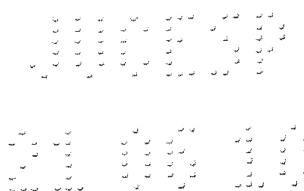
4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie subordinada.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures são não-conversíveis em ações.



4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão é 1º de julho de 2010 (“Data de Emissão”).

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de julho de 2016 (“Data de Vencimento”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em uma única parcela do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir) devida na Data de Vencimento.

4.2. Amortização e Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido a seguir) de acordo com a fórmula a seguir. A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em Procedimento de *Bookbuilding*, observada a taxa máxima de 1,50% (um vírgula cinquenta centésimos por cento) ao ano da acumulação das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”). A presente Escritura será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2.2. Atualização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

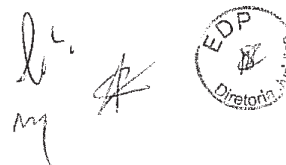
4.2.3. Amortização: As Debêntures serão objeto de amortização semestral do principal, a partir do 48º mês (“Data de Amortização”), respeitadas as seguintes proporções:

Data de Amortização	Percentual de Amortização
1º de julho de 2014	20%
1º de janeiro de 2015	20%
1º de julho de 2015	20%
1º de janeiro de 2016	20%
1º de julho de 2016	20%

4.2.4. Juros Remuneratórios

4.2.4.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios nos termos do item 4.2.1 acima, apurados com base na acumulação da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido a seguir), conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (“Remuneração”). A definição da taxa de juros será realizada em Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2.4.2. Periodicidade de Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será feito semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 1º dos meses de julho e janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de janeiro de 2011 e o último



pagamento em 1º de julho de 2016 (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.2.4.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.2.4.4. Fórmula para Cálculo da Remuneração: A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtório dos fatores das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de fatores das Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

1

2

TDI_k fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread spread ou sobretaxa, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding* conforme estabelecido nessa Escritura;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

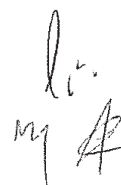
DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "DT" um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.


Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.4.5. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte, exclusive.

4.2.4.6. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.4.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.4.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.4.8.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.4.9. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da substituição, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.4.9.1. Em caso de substituição da Taxa DI por outro índice equivalente no mercado, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n 13 de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.



4.2.4.10. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados, a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou
- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere este item.

4.2.4.11. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador para os Debenturistas que não estejam com suas debêntures depositadas em custódia vinculada ao BOVESPAFIX e/ou ao SND.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir), calculada *pro rata temporis* desde a data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento ("Data da Subscrição").

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da cláusula 4.2 desta Escritura, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

Li.
R
M


4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.


4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.5. Resgate Antecipado

4.5.1. As Debêntures não poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, exceto na hipótese de não concordância dos titulares de Debêntures representando 2/3 das Debêntures em circulação acerca de novo parâmetro de remuneração, quando da ausência de apuração e/ou de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 dias consecutivos ou extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI ou de seu substituto, conforme disposto no item 4.2.4.10. acima.

li.
AM



4.6. Aquisição Facultativa

4.6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.7. Publicidade

4.7.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Brasil Econômico, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – Internet (www.bandeirante.com.br).

4.8. Liquidez e Estabilização

4.8.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

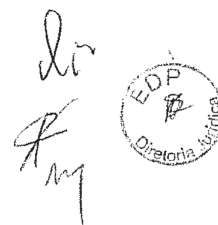
4.9. Fundo de Amortização

4.9.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir e o prazo de carência do item “a” abaixo em relação ao evento nele previsto, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”):




- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;



- (b) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- (c) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- (d) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (e) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (f) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e
- (g) transformação da Emissora em sociedade limitada.

5.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 15 (quinze) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados a seguir, observados os respectivos prazos de carência previstos abaixo, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a ser realizada observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 5.3., na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Vencimento Antecipado por meio de AGD”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, exceto as previstas nas alíneas “a” a “g” do item 5.1. acima, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data do inadimplemento;
- (b) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo que ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia nesta Escritura;
- (c) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta;

- (e) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Para fins da presente Cláusula 5.2. (e) “Dívida Bruta” representa a dívida financeira total subtraída dos empréstimos regulatórios do BNDES e “EBITDA” é o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização.

O índice financeiro estabelecido acima será apurado semestralmente, sendo que será utilizado o EBITDA referente ao período de apuração de 12 (doze) meses anteriores à data da apuração.

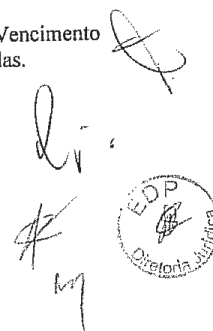
- (f) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), exceto se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (iii) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; e

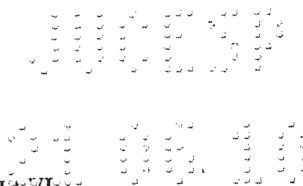
- (g) alienação de controle acionário direto da EDP – Energias do Brasil S.A. (“EnBr”) que acarrete uma redução da classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, exceto se a (i) EDP – Energias de Portugal S.A. (“Energias de Portugal”), direta ou indiretamente remanescer como detentora do maior número de ações com direito a voto da EnBr e mantiver, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, a maioria do Conselho de Administração da EnBr com direito a voto da EnBr, ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

5.2.1. Exclusivamente com relação à cláusula 5.2. (a) acima, fica entendido que o Agente Fiduciário somente poderá convocar a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, após o decurso do período de cura nela previsto.

5.3. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula 5.2., o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.4. As Debêntures resgatadas em decorrência das hipóteses de Vencimento Antecipado Automático ou Vencimento Antecipado por AGD serão canceladas.





CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

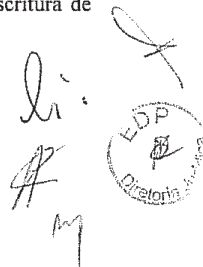
6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (d) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no 3º (terceiro) dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (e) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, 1 (um) dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;

li.

my



(g) cópia de qualquer comunicação enviada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL à Emissora relativa a uma causa de término de sua concessão;
e

(h) demonstrativo de apuração dos índices financeiros, na forma do item 5.2 (e).

6.1.2. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis.

6.1.4. Estruturar e manter em adequado funcionamento o atendimento aos Debenturistas.

6.1.5. Contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ("Agências de Rating") ou qualquer agência internacional de *rating* que as suceda caso qualquer destas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal avaliação ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco; e (iii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures 1 (um) dia útil após referida alteração.

6.1.6. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.7. Proceder à publicação tempestiva das demonstrações financeiras e dos demais documentos conforme exigidos pela legislação aplicável.

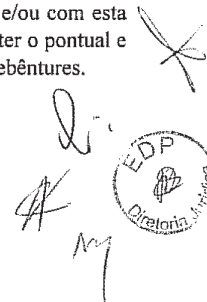
6.1.8. Promover a adequada divulgação de atos ou fatos relevantes nos termos da regulamentação aplicável.

6.1.9. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários.

6.1.10. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando ainda as informações que lhe forem solicitadas.

6.1.11. Manter seus bens e ativos devidamente segurados, de acordo com os padrões adotados pelo grupo econômico Energias do Brasil, em que a Companhia se integra.

6.1.12. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures.



114

6.1.13. Cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

6.1.14. Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão.

6.1.15. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4 acima.

CLÁUSULA VII **AGENTE FIDUCIÁRIO**

7.1. Nomeação




7.1.1. A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) 6 (seis) parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais) cada, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia após a data de integralização das Debêntures, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- (b) as parcelas citadas na alínea “a” supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas dos pagamentos subseqüentes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (c) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, executando-se Imposto sobre a Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.2.1.1 A remuneração prevista no caput desta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o agente fiduciário ainda esteja atuando na cobrança na inadimplência de obrigações referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

7.2.1.2 Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente, com a Emissora.

7.2.1.3 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 7.6 a seguir.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto no item 7.3.6 a seguir.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

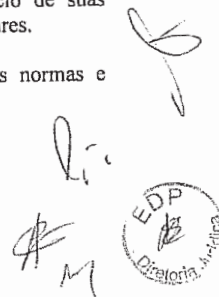
7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o item 7.3.2 acima.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCESP.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.


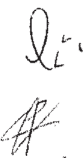




EDP
Bancos
S.A.

7.4. Deveres

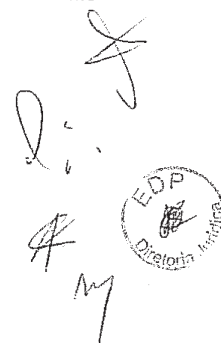
7.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que estejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante a órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.7.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, um dia após a data da primeira

publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, a proposta a ser submetida à AGD;

- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata referida assembleia;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. aquisição facultativa e pagamento de Remuneração realizadas no período;
 - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - viii. declaração, sobre aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - ix. resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - x. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (n) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) em seus escritórios;

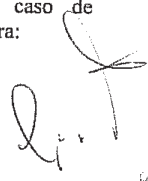





EDP
Bancos
S.A.

- (n.3) na CVM;
- (n.4) na CETIP
- (n.5) na BM&FBOVESPA; e
- (n.6) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (o) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “n” acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário e Escriturador, a BM&FBOVESPA e/ou a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital, nos termos do item 4.7.1 acima, (i) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos na hipótese de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, nos termos da alínea “a” do item 5.1. acima; (ii) no prazo máximo de 20 (vinte) dias na hipótese de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à BM&FBOVESPA;
- (s) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 6.1.5 acima bem como encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que tiver ciência de sua divulgação;
- (t) fornecer à Emissora, a cada 15 (quinze) dias e/ou imediatamente quando por solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada; e
- (u) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas no item 7.6.1. acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.2.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 7.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.3.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 7.6.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.





8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

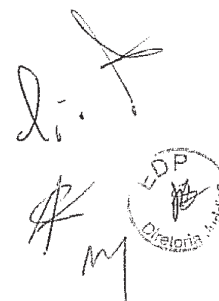
8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada “Debênture em Circulação” caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que (i) as alterações nas condições de vencimento antecipado não automático (ou seja, cláusula 5.2), alterações referentes à forma, ao resgate e às espécies das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures e a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, deverão contar com a aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (ii) alterações na Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento, excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização, decorrentes do disposto no item 4.2.4.9, Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como nas condições de vencimento antecipado automático (ou seja, cláusula 5.1.) e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX



DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação atualmente vigente;
- (j) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (k) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (l) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (m) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

9.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

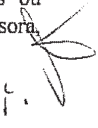

9.2. A Emissora neste ato declara e garante:

- (a) não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;





- (b) que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (c) que as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (d) que a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (f) exceto pela concessão do registro das Debêntures na CVM, ANBIMA, CETIP e na BM&FBOVESPA, a Emissora está devidamente autorizada e obteve todas as licenças, registros e autorizações necessários à celebração, formalização e cumprimento, conforme o caso, desta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (c) os limites de endividamento da Emissora previstos no art. 60 da Lei das Sociedades por Ações; ou (d) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, nesta data;
- (j) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta ("Prospecto Preliminar", "Prospecto Definitivo" e, em conjunto, "Prospectos") e o formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência") conterão, nas suas respectivas datas: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora, no contexto da Oferta, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora,

li. 
AF
mg


necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível;

- (k) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (l) as demonstrações financeiras da Emissora, constantes do Prospecto e do Formulário de Referência, representam corretamente a posição financeira da Emissora nas datas de sua elaboração e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e
- (m) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Emissora e no Formulário de Referência, não é, nesta data, de conhecimento da Emissora a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

9.2.1. A Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, imprecisas ou incorretas.

CLÁUSULA X **DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Renúncia

10.1.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

10.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.





10.3. Comunicações

10.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora:

Bandeirante Energia S.A.
Rua Bandeira Paulista, nº 530
CEP: 04532-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Carlos Emanuel Andrade
Telefone: (11) 2185-5986
FAX: (11) 2185-5904
E-mail: carlos.andrade@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Rua. Dr. Renato Paes De Barros, nº 717, 6º e 10º andares
CEP: 04530-001
At.: Felipe Coimbra Aloí André
Telefone: 011 – 3048-9915
Fac-símile: 011 – 3048-9900
E-mail: felipe@slw.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.
Av. Yara, s/n – Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar
CEP: 06029-900 – Osasco - SP
At.: Marcelo Poli
Telefone: 3684-7654
Fac-símile: 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS
Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, nº 275, São Paulo, SP
Site: www.bmfbovespa.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, São Paulo, SP
Site: www.cetip.com.br

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo



remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.5. Efeito Vinculante

10.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.6. Independência das disposições

10.6.1. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.7. Lei Aplicável

10.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

10.8.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 8 de junho de 2010.



[illegible]

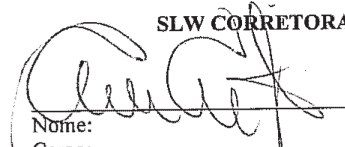
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

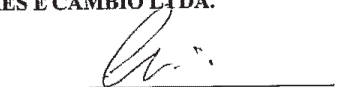
Nome: Emanuel Baptista Andrade
Cargo: Recebedor
RG: 1.899.133
CPF: 384.349.064-04



Página de assinaturas da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples,
Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia
S.A.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

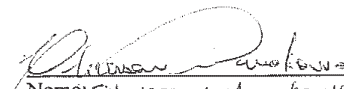

Nome:
Cargo: Felipe Coimbra Aiol André
Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.

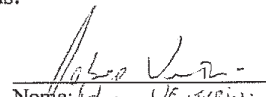

Nome:
Cargo: Gregori Perazzo Tasso
Depto. Gerente Fiduciário
SLWCVC LTDA.

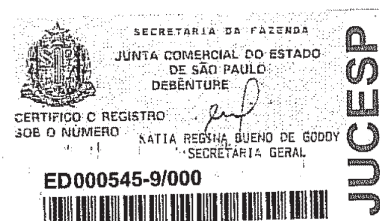


Página de assinaturas da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples,
Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia
S.A.

TESTEMUNHAS:


Nome: Cleverton Murakawa
RG: 28.903-618-6 - SSP-SP
CPF: 268.649.624-22 - SSP-SP


Nome: Idson Venturin
RG: 38.907.380-3 - SSP-SP
CPF: 330.578.448-18 - SSP-SP



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SU-
BORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA BANDEIRANTE ENERGIA S.A.**

ENTRE

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.
como Emissora,

E

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente emissão

Datado de

28 de junho de 2010.



1

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **BANDEIRANTE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Bandeira Paulista, nº 530, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 02.302.100/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"); e

CONSIDERANDO QUE:

- (a) em 8 de junho de 2010, a Emissora e o Agente Fiduciário, celebraram a "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), a qual foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), em 21 de junho de 2010, sob o nº 000545-9/000;
- (b) em 28 de junho de 2010 foi concluído o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), por meio do qual foram fixadas as taxas de remuneração das debêntures;

RESOLVEM a Emissora e o Agente Fiduciário, na melhor forma de direito, firmar o presente "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A." (respectivamente, "Aditamento", "Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 26 de maio de 2010, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 02 de junho de 2010, sob o nº 189.022/10-3, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal Brasil Econômico, edição nacional, em 08 de junho de 2010 (“RCA”) na qual a Diretoria da Emissora foi autorizada a ratificar a taxa de remuneração das Debêntures, em razão da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Cláusula Segunda – DO OBJETO

2.1. O presente Aditamento tem por objetivo refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* fixando a taxa de remuneração das Debêntures.

Cláusula Terceira – DO ADITAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

3.1. Pelo presente Aditamento, resolvem as partes, em decorrência das considerações acima expostas, alterar a Cláusula III, item 3.5.6., a Cláusula IV, itens 4.2.1., 4.2.4.1 e 4.2.4.4., e a Cláusula VII item 7.6.2.1 da Escritura de Emissão, as quais passaram a vigor com as seguintes redações:

“CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.5.6 Foi realizada coleta de intenção de investimentos (“Procedimento de *Bookbuilding*”), sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de aquisição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração.”

“CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.2. Amortização e Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido a seguir) de acordo com a fórmula a seguir. A taxa de juros aplicável às Debêntures, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, será de 1,50% (um vírgula cinquenta centésimos por cento) ao ano da acumulação das taxas médias diárias dos



DI “over extra grupo” – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”).”

“4.2.4. Juros Remuneratórios

4.2.4.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios nos termos do item 4.2.1 acima, apurados com base na acumulação da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido a seguir), conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (“Remuneração”).”

“4.2.4.4. Fórmula para Cálculo da Remuneração: A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
Fator Juros	Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI	produtório dos fatores das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remune-
---------	---



ração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de fatores da Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n ;

TDI_k fator da Taxa DI de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

spread spread ou sobretaxa, definido em Procedimento de *Bookbuilding* conforme estabelecido nessa Escritura;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;



DT número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "DT" um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDik)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma."

Cláusula Quarta – DO REGISTRO DO PRIMEIRO ADITAMENTO

4.1. O presente Aditamento, bem como as posteriores alterações da Escritura de Emissão, serão inscritos na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias da data de sua respectiva celebração.

Cláusula Quinta - DA RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Ratificam-se, neste ato, todos os termos, cláusulas e condições estabelecidas na Escritura de Emissão, que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento.

Cláusula Sexta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Este Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora e o Agente Fiduciário ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.



6

6.2. Salvo se de outra forma definidos neste Aditamento, os termos iniciados em letras maiúsculas aqui utilizados terão o mesmo significado a eles atribuída Escritura de Emissão.

6.3. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

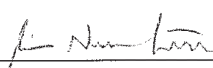
São Paulo, 28 de junho de 2010.

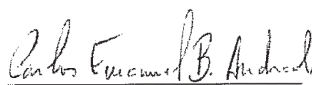
[restante da página intencionalmente deixado em branco]



Página de assinatura do Primeiro Aditamento da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.


Nome: **Miguel Setas**
Cargo: **Diretor Presidente**

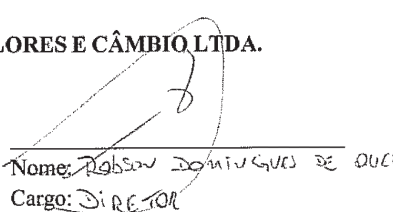

Nome: **Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Cargo: **Procurador**
RG: 1.699.133
CPF: 364.349.064-04



Página de assinatura do Primeiro Aditamento da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.



Nome: Felipe Coimbra Aloi André
Cargo: Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.


Nome: Robson Domingues de Azevedo
Cargo: DIRETOR

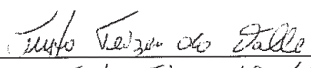


Página de assinatura do Primeiro Aditamento da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.

TESTEMUNHAS:



Nome: Gregório Pedrosa Tasso
RG: 29.201.720-0
CPF: 798.654.295-00



Nome: Justo Teófilo do Valle
RG: 43.629-828-1
CPF: 229.232.318-18



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Segundo Aditamento à Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SU-
BORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA BANDEIRANTE ENERGIA S.A.**

ENTRE

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

como Emissora,


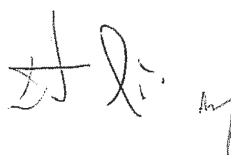
E

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente emissão

Datado de

8 de julho de 2010.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **BANDEIRANTE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Bandeira Paulista, nº 530, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 02.302.100/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Companhia”);

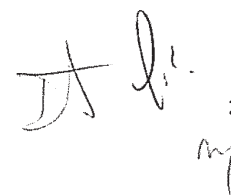

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª emissão pública de debêntures da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”),

(b) **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”); e

CONSIDERANDO QUE:

- (a) em 8 de junho de 2010, a Emissora e o Agente Fiduciário, celebraram a “Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”), a qual foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 21 de junho de 2010, sob o nº 000545-9/000; e
- (b) em 28 de junho de 2010 foi celebrado o Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.;

RESOLVEM a Emissora e o Agente Fiduciário, na melhor forma de direito, firmar o presente “Segundo Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.” (respectivamente, “Segundo Aditamento”, “Emissão”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Segundo Aditamento é celebrado de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 8 de julho de 2010, cuja ata será arquivada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal Brasil Econômico, edição nacional (“RCA”).

Cláusula Segunda – DO OBJETO

2.1. O presente Segundo Aditamento tem por objetivo ajustar a redação da Cláusula 4.2.1 da Escritura de Emissão.

Cláusula Terceira – DO ADITAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

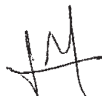

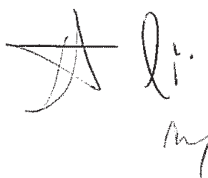
3.1. Pelo presente Segundo Aditamento, resolvem as partes, em decorrência das considerações acima expostas, alterar a Cláusula IV, item 4.2.1., da Escritura de Emissão, a qual passa a vigor com a seguinte redação:

“CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

“4.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido a seguir) de acordo com a fórmula a seguir. A taxa de juros aplicável às Debêntures corresponde à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, calculadas e divulgadas pela CETIP (“Taxa DI”) no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*.”

Cláusula Quarta – DO REGISTRO DO SEGUNDO ADITAMENTO

4.1. O presente Segundo Aditamento, bem como as posteriores alterações da Escritura de Emissão, serão inscritos na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias da data de sua respectiva celebração.

   3

**Cláusula Quinta - DA RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

5.1. Ratificam-se, neste ato, todos os termos, cláusulas e condições estabelecidas na Escritura de Emissão, que não tenham sido expressamente alterados por este Segundo Aditamento.

Cláusula Sexta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Este Segundo Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora e o Agente Fiduciário ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

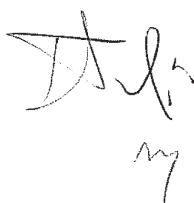

6.2. Salvo se de outra forma definidos neste Segundo Aditamento, os termos iniciados em letras maiúsculas aqui utilizados terão o mesmo significado a eles atribuída Escritura de Emissão.

6.3. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Segundo Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Segundo Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 8 de julho de 2010.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

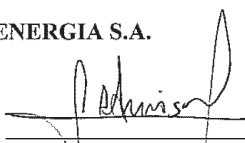


4

Página de assinatura do Segundo Aditamento da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.


Nome: 
Cargo: **Miguel Setas**
Diretor Presidente

Nome: 
Cargo: **Francisco Alfredo Fernandes**
Diretor Técnico




Página de assinatura do Segundo Aditamento da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.

SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA.



Nome: **ROBSON DOMINGUES DE QUEIROZ**
Cargo: **DIRETOR**



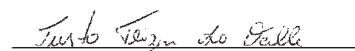
Nome: **Gregoli Pedroso Tasso**
Cargo: **Depto. Agente Fiduciário
SLWCVC LTDA.**






Página de assinatura do Segundo Aditamento da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.

TESTEMUNHAS:


Nome: JUSTO TEIXEIRA DO VALLE
RG: 43.629.828-1
CPF: 229.232-318-48


Nome: FABIO VENTURINI RUZ
RG: 35 902 360 3
CPF: 336 578 948-28



-
- Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



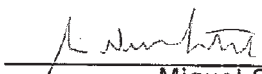
DECLARAÇÃO DA EMISSORA

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

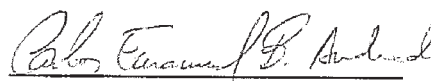
BANDEIRANTE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Rua Bandeira Paulista, nº 530, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 02.302.100/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Bandeirante"), na qualidade de emissora de 39.000 (trinta e nove mil) debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para distribuição pública, da 4ª Emissão da Bandeirante, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo na data de emissão, qual seja, 1º de julho de 2010, o valor total de R\$ 390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais) ("Emissão" ou "Oferta"), vem, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), em especial em atendimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da Quarta Emissão de Debêntures Simples da Bandeirante ("Prospecto Preliminar") contém e o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Quarta Emissão de Debêntures Simples da Bandeirante ("Prospecto Definitivo") conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; (ii) as informações prestadas pela Emissora constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo e aquelas fornecidas pela Emissora durante todos o prazo de distribuição das Debêntures são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 9 de junho de 2010

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.



Miguel Setas
Nome: Diretor Vice Presidente
EDP
Cargo:



Nome: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Procurador
Cargo: RG: 1.699.133
CPF: 364.349.064-04



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

BANCO BRADESCO BBI S.A., ("Coordenador Líder") instituição financeira estabelecida na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição líder responsável por coordenar e proceder à distribuição pública de 39.000 (trinta e nove mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie subordinada, em série única, para distribuição pública, da 4ª Emissão da **BANDEIRANTE ENERGIA S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo, na Data de Emissão, qual seja 1º de julho de 2010, o valor total de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais) ("Emissão" ou "Oferta"), vem, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), em especial em atendimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (a) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na companhia iniciada em 13 de maio de 2010, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (c) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Norma de Procedimento de Auditoria nº 12;
- (d) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (e) além dos documentos a que se refere o item (d) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (f) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (g) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participou da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.

O Coordenador Líder declara que (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada





de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da Quarta Emissão de Debêntures Simples da Companhia ("Prospecto Preliminar") e que venham a integrar o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Quarta Emissão de Debêntures Simples da Companhia ("Prospecto Definitivo"), são ou serão suficientes, conforme o caso, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 9 de junho de 2010.

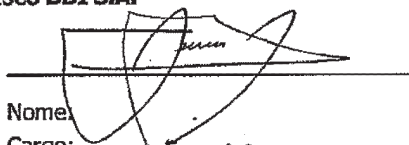
BANCO BRADESCO BBI S.A.



Nome:

Cargo: Alfred Charles Dangoor

Diretor



Nome:

Cargo:

Fernando Buso Gomes

Diretor



-
- Súmula de *Rating*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Rating Action: Moody's atribui rating Aa2.br às debêntures da Bandeirante; perspectiva estável

Global Credit Research - 02 Jun 2010

Aproximadamente BRL 470 milhões de instrumentos de dívida afetados

Sao Paulo, June 02, 2010 -- Moody's América Latina Ltda (Moody's) atribuiu um rating em moeda local em escala global Ba1 e Aa2.br na escala nacional brasileira para BRL 390 milhões em debêntures subordinadas sem garantia de ativos reais, amortizáveis em seis anos, a serem emitidas pela Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante) no mercado local. Ao mesmo tempo, a Moody's afirmou o rating de emissor Baa3 em escala global e Aa1.br na escala nacional brasileira da Bandeirante. A perspectiva é estável para todos os ratings.

Os recursos advindos das debêntures serão, na sua maior parte, utilizados para alongar o perfil de dívida da empresa e fortalecer sua posição de caixa.

O rating de emissor Baa3 reflete os indicadores de crédito relativamente fortes para a categoria de rating da empresa, o fluxo de caixa bastante estável e previsível -- resultante de uma concessão de longo prazo para distribuir eletricidade em uma região relativamente rica do Estado de São Paulo, juntamente com uma posição de liquidez em evolução. Os ratings também incorporam o perfil geral de grau de investimento do grupo, EDP Energias do Brasil, sua capacidade de acesso aos mercados de capitais locais e forte controle da EDP - Energias de Portugal (A3; estável).

Os ratings são limitados pelo índice relativamente alto de distribuição de dividendos da Bandeirante, investimentos em imobilizado relativamente altos dentro do grupo no Brasil e o contínuo desenvolvimento do ambiente regulatório brasileiro.

O rating das debêntures está um nível ("notch") abaixo do rating de emissor Baa3 da Bandeirante afim de refletir a subordinação das debêntures em relação a qualquer outra dívida. De acordo com as diretrizes da CVM (Comissão de Valores Mobiliários do Brasil), qualquer dívida cujo montante seja maior do que o capital social dos acionistas deve ser subordinada a qualquer outra dívida existente ou futura.

Bandeirante tem rentabilidade saudável e sólida geração de caixa, determinadas pela natureza relativamente estável do segmento de distribuição regulada. Nos últimos cinco anos, os usos de caixa consistiram principalmente em investimentos em imobilizados e distribuição de dividendos relativamente alta que, no entanto, estiveram em linha com a geração interna de caixa da empresa. Isso é evidenciado pela alavancagem financeira estável conforme medida pelo índice de Dívida sobre EBITDA de 1,7x em 2009, o qual está bem abaixo de seus pares e é bem forte para a categoria de rating Baa3.

Prospectivamente, a Moody's prevê que a Bandeirante se beneficiará de um aumento do volume de vendas dado o crescimento previsto para a atividade econômica no Estado de São Paulo até outubro de 2011, período em que as tarifas da Bandeirante serão sujeitas à terceira revisão tarifária periódica. Nessa época, Moody's espera uma maior redução das tarifas para refletir os ganhos de produtividade a serem transferidos para os consumidores desde a segunda revisão tarifária periódica, e a aplicação de um custo médio ponderado do capital ("WACC") mais baixo diante de custos de empréstimos menores e menor risco soberano do Brasil.

Apesar do forte caixa líquido das atividades operacionais, o Fluxo de Caixa Retido da Bandeirante pela Dívida permanece limitado pela elevada distribuição de dividendos. No entanto, Moody's espera que o Fluxo de Caixa Retido pela

Dívida permaneça por volta de 15% nos próximos três anos. Como resultado, o Fluxo de Caixa Livre tenderá a ficar entre ligeiramente negativo e modestamente positivo no médio prazo, o que pode resultar em um certo aumento do nível de endividamento, mas mantendo indicadores fortes para a categoria de rating Baa3.

O rating de emissor Aa1.br em escala nacional reflete a qualidade de crédito da empresa em relação às demais emissões no mercado doméstico. O rating na escala nacional da Moody's (NSR) é uma medida relativa da qualidade de crédito de emissores e dívidas emitidas dentro do país, permitindo que os participantes do mercado obtenham uma melhor distinção dos riscos relativos. Os NSRs no Brasil são designados pelo sufixo ".br". NSRs diferenciam-se do rating em escala global por não serem globalmente comparáveis com todo o universo de ratings da Moody's, mas somente com os ratings em escala nacional de outros emissores no mesmo país.

A última ação de rating para a Bandeirante ocorreu em 08 de maio de 2009, quando Moody's atribuiu um rating de curto prazo na escala nacional BR-1 para a emissão de BRL 230 milhões em notas promissórias vencíveis em 360 dias.

A principal metodologia utilizada na atribuição de rating a Bandeirante foi "Regulated Electric and Gas Utilities Rating Methodology" (agosto de 2009), que pode ser encontrada no www.moody's.com no subdiretório Ratings

Methodologies na aba Research & Ratings. Outras metodologias e fatores que podem ter sido considerados no processo de atribuição de rating a esse emissor podem ser encontrados no subdiretório Rating Methodologies no site da Moody's.

Bandeirante Energia S.A., sediada em São Paulo, Brasil, é uma distribuidora de eletricidade integralmente controlada pela EDP -- Energias do Brasil, que atende cerca de 1,5 milhão de clientes na região sudeste industrializada do Estado de São Paulo. Nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2010, Bandeirante declarou receitas líquidas de BRL 2.149 milhões (USD 1.143 milhões) sobre vendas de 13.674 GWh, representando aproximadamente 3,44% da eletricidade consumida no sistema integrado brasileiro.

Sao Paulo
Jose Soares
Vice President - Senior Analyst
Infrastructure Finance Group
Moody's America Latina Ltda.
55-11-3043-7300

New York
William L. Hess
Managing Director
Infrastructure Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Moody's
INVESTORS SERVICE

© Copyright 2010, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

CREDIT RATINGS ARE MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC.'S ("MIS") CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of MOODY'S Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this Document is by MOODY'S affiliate MOODY'S Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to wholesale clients (within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001). By continuing to access this Document from within Australia, you represent to MOODY'S and its affiliates that you are, or are accessing the Document as a representative of, a wholesale client and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this Document or its contents to retail clients (within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001).

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes
- Informações Trimestrais (ITR) referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2009 e 2010, e respectivo relatório de revisão especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA
RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007, 2008 E 2009 E RESPECTIVOS
PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, assim como o Parecer dos Auditores Independentes encontram-se disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos:

- www.bandeirante.com.br (neste website acessar “Investidores” e, ao ser redirecionado para a página “<http://energiasdobrasil.infoinvest.com.br/>”, acessar o link “Informações Financeiras” e acessar o link “ITR, DFP e IAN”, em seguida acessar o link relacionado ao exercício social pretendido e selecionar “DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas”);
- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “Bandeirante”, selecionar “DFP” e acessar o link referente ao exercício social pretendido); e
- www.bmfbovespa.com.br (neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “Bandeirante”, clicar em “Bandeirante”, clicar na aba “Relatórios Financeiros”, selecionar o exercício social pretendido e acessar o link abaixo do título “Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP”).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Informações Trimestrais (ITR) referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2009 e 2010, e respectivo relatório de revisão especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2010, E RESPECTIVO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais da Companhia referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2009 e 2010, assim como o Parecer dos Auditores Independentes encontram-se disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos:

- www.bandeirante.com.br (neste website acessar “Investidores” e, ao ser redirecionado para a página “<http://energiasdobrasil.infoinvest.com.br/>”, acessar o link “Informações Financeiras” e acessar o link “ITR, DFP e IAN”, em seguida acessar o link relacionado ao exercício social pretendido e selecionar “ITR - Relatórios Financeiros Trimestrais” referente ao período encerrado em 31 de março);
- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações”, buscar por “Bandeirante”, selecionar “ITR” e acessar o link referente ao período encerrado em 31 de março do exercício social pretendido); e
- www.bmfbovespa.com.br (neste website, acessar “Empresas Listadas”, buscar por “Bandeirante”, clicar em “Bandeirante”, clicar na aba “Relatórios Financeiros”, selecionar o exercício social pretendido e acessar o link abaixo do título “Informações Trimestrais - ITR” referente ao período encerrado em 31 de março).

Companhia

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

Rua Bandeira Paulista, nº 530, Chácara Itaim,
04532-001, São Paulo - SP

Coordenadores da Oferta

BANCO BRADESCO BBI S.A. (COORDENADOR LÍDER)

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar,
01310-917, São Paulo - SP

BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar,
20031-923, Rio de Janeiro - RJ

Consultores Jurídicos

Para a Companhia

TAUIL & CHEQUER ADVOGADOS ASSOCIADO A MAYER BROWN LLP

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 5º e 6º andares,
04543-011, São Paulo - SP

Para os Coordenadores da Oferta

SOUZA, CESCONE, BARRIEU & FLESCHE ADVOGADOS

Rua Funchal, nº 418, 11º andar,
04551-060, São Paulo - SP

Auditores Independentes

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33,
04530-904, São Paulo - SP